O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)

Parte III

Engajando-se na GIRH –

Passos e Ferramentas Práticas para os Governo Locais

UNIVERSITY OF OXFORD
Centre for Ecology & Hydrology
NATURAL ENVIRONMENT RESEARCH COUNCIL
FUNDACIÓN Nueva Cultura del Agua
INSTITUTE OF NATURAL RESOURCES
IRC
IUCN
Institute of Water and Sanitation Development
BOTSWANA KALAHARI CONSERVATION SOCIETY
ICLEI Local Governments for Sustainability

Ficha Técnica

O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)
Parte III: Engajando-se na GIRH – Passos e Ferramentas Práticas para os Governo Locais

Autores

Philip, R.[1], Anton, B.[1], Bonjean, M.[2], Bromley, J.[2], Cox, D.[3], Smits, S.[4], Sullivan, C. A.[2], Van Niekerk, K.[3], Chonguiça, E.[5], Monggae, F.[6], Nyagwambo, L.[7], Pule, R.[8], Berraondo López, M.[9]

[1] ICLEI - Local Governments for Sustainability, International Training Centre
[2] Oxford University Centre for the Environment (OUCE)
[3] Institute of Natural Resources (INR)
[4] IRC International Water and Sanitation Centre
[5] International Union for Conservation of Nature (IUCN), Mozambique Office
[6] Kalahari Conservation Society (KCS)
[7] Institute for Water and Sanitation Development (IWSD)
[8] ICLEI - Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
[9] Foundation for a New Water Culture (FNCA)

Com contribuições e sugestões adicionais de todos os parceiros do projecto LoGo e dos representantes de oito Governos Locais associados (ver parte interior da contra-capa).

Layout

Papyrus Medientechnik GmbH, Freiburg, Alemanha (www.papyrus-medientechnik.de)
Fotos da capa, cortesia do IWSD (Khulumsenza Gardens, construção de latrinas) e Cidade de Cape Town (imagem aérea).

Impressão

Hirt and Carter (Pty) Ltd, Durban, South Africa (www.owlco.co.za)

Editora

ICLEI – Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
Kobie Brand (Responsible)

Pode-se obter em:
ICLEI – Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat
44 Wale Street, Cape Town, ou
PO Box 16548, Vlaeberg, 8018 Cape Town, África do Sul
Fax: +27-21/487 2578
E-mail: iclei-africa@iclei.org

Todos os materiais intitulados "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)" estão disponíveis para descarregar a partir do website do projecto "LoGo Water" (www.iclei-europe.org/logowater).

Direitos de Autor

© ICLEI European Secretariat GmbH, Freiburg, Alemanha, 2008

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte deste relatório pode ser reproduzida ou copiada de qualquer forma ou qualquer meio sem a autorização escrita de ICLEI – Local Governments for Sustainability, European Secretariat.

Agradecimentos

Esta publicação foi produzida como parte do projecto "LoGo Water – Apoio ao envolvimento efectivo dos Governos Locais na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) nas bacias hidrográficas na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)" (Jan 2005 a Março 2008). O projecto foi financiado pela Comissão Europeia, Direcção Geral, Pesquisa, ao abrigo do Sexto Programa Quadro, Contrato número 003717

Aviso: Nem a Comissão Europeia e nem qualquer outra pessoa que age em nome da Comissão é responsável pelo uso que possa ser feito da informação seguinte. Os pontos de vista expressos nesta publicação são da única responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.

O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)

Parte III

Engajando-se na GIRH –

Passos e Ferramentas Práticas para os Governos Locais

O conjunto de materiais intitulados "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)" tem como objectivo assistir os Governos Locais com uma participação activa na GIRH. A informação providenciada aborda tanto a teoria como a prática do desenvolvimento e implementação de um processo através do qual os princípios de GIRH de equidade social, eficiência económica e sustentabilidade ambiental podem ser aplicados.

Os materiais têm como alvo principal os funcionários do Governo Local, mas são igualmente considerados úteis para indivíduos e organizações que trabalham com os Governos Locais na gestão de recursos hídricos.

O conjunto de materiais de GIRH consiste das seguintes quatro partes:

Parte I: Colhendo os Benefícios – Como os Governos Locais Beneficiam com a GIRH

Parte II: Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH

Parte III: Engajando-se na GIRH – Passos e Ferramentas Práticas para os Governos Locais

Parte IV: Fazer da Água um benefício em prol dos Governos Locais – As Dez Principais Dicas para uma abordagem Integrada da Gestão da Água

Os materiais são o resultado do LoGo Water[1], um projecto de pesquisa com o objectivo melhorar a capacidade dos Governos Locais para implementar a GIRH, contribuindo assim para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's).

O conjunto completo está disponível para descarregar em www.iclei-europe.org/logowater.

[1] LoGo Water: Em direcção ao envolvimento efectivo do Governo Local na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) nas bacias hidrográficas da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Contrato da CE 003717

Março 2008

ICLEI Local Governments for Sustainability

Índice

Introdução **1**

1. A Gestão Integrada de Recursos Hídricos e os seus princípios **3**

2. Opções para o engajamento do Governo Local na GIRH **4**

2.1 A GIRH ao nível local – a aplicação dos princípios nos mandatos do Governo Local 5

2.1.1 Abastecimento de água 8

2.1.2 Águas residuais e saneamento 9

2.1.3 Gestão das águas pluviais 10

2.1.4 Resíduos sólidos 11

2.1.5 Planificação do uso da terra 12

2.1.6 Habitação 13

2.1.7 Parques e recreação 14

2.1.8 Estradas e transportes 15

2.1.9 Serviços de saúde 16

2.1.10 Desenvolvimento económico local 17

2.1.11 Gestão de calamidades 18

2.2 A GIRH para além das fronteiras do Governo Local 19

2.2.1 Colaboração Horizontal: forjar ligações com outros Governos Locais 20

2.2.2 Colaboração Vertical: engajar-se em instituições sub-nacionais, nacionais e transfronteiriças de GIRH 20

3. Introdução de um processo de GIRH local **21**

3.1 Assegurar o cometimento político 23

3.2 Estabelecimento da coordenação interna 24

4. Passos de um processo de GIRH local **26**

4.1 Avaliação de base 26

4.2 Desenvolvimento da Visão 29

4.3 Desenvolvimento da estratégia 32

4.4 Elaboração de um plano de acção 35

4.5 Implementação 38

4.6 Monitorização e avaliação 40

5. Ferramentas e metodologias **43**

6. Referências **57**

Introdução

Este documento é a Parte III do conjunto de materiais "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos". Providencia orientação sobre como embarcar no processo de GIRH ao nível local propondo vários passos e ferramentas práticas. O documento consiste de três partes principais. A primeira descreve oportunidades para aplicar os princípios de GIRH nos mandatos dos Governos Locais (Secções 1 e 2), a segunda dá enfoque sobre o desenvolvimento de um plano de acção local de GIRH (Secções 3 e 4) e a terceira é uma colecção de ferramentas e metodologias[1] para assistir o utilizador na GIRH (Secçaõ 5).

O documento é destinado principalmente aos Governos Locais da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) interessados em participar na GIRH, mas também é útil para qualquer indivíduo ou organização que trabalha com os Governos Locais em questões de gestão de água. Sugere formas em que os principais podem ser traduzidos em aplicações práticas ao nível do Governo Local e tem como objectivo ser usado uma vez que um cometimento para como a GIRH esteja em funcionamento, garantido por suporte político e participação dos actores.

Desenvolver e engajar-se no processo de GIRH pode ser uma tarefa desencorajadora, especificamente ao nível local onde as capacidades podem ser limitadas. Porém, a aplicação dos princípios de GIRH não requer necessariamente recursos substanciais, visto que isto pode começar com alguns pequenos passos realizados em mandatos seleccionados do Governo Local. O nível de GIRH pode variar e pode ter como alvo exactamente a comunidade local ou, de forma ideal, olhar também para além das fronteiras do Governo Local através da colaboração com administrações vizinhas e níveis mais altos do governo em questões de recursos hídricos, naquilo que é descrito como uma abordagem paralela.

Em geral, este documento de orientação tem como objectivo providenciar aos Governos que estão comprometidos com a GIRH aconselhamento e os meios necessários para começarem a por em prática a GIRH, assim como apoiá-los na identificação da melhor abordagem para as suas circunstâncias específicas.

---

[1] A edição Portuguesa/Francesa deste documento contém somente os resumos destas ferramentas. As versões completas estão disponíveis na edição Inglesa que pode ser encontrada no CD-ROM que contém todas as partes do conjunto de materiais "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)", assim como no website www.iclei-europe.org/logowater

1. A Gestão Integrada de Recursos Hídricos e os seus princípios

A Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) é uma abordagem holística da gestão de recursos hídricos que é largamente promovida a nível mundial para ajudar a melhor perceber, proteger e desenvolver os recursos hídricos de uma forma coordenada, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável. A Parceria Global da Água define a GIRH como:

> *"um processo que promove o desenvolvimento e gestão coordenada da água, terra e recursos relacionados, com o objectivo de maximizar o resultante bem-estar económico e social de uma forma equitativa sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais".*[2]

A GIRH baseia-se nos três princípios de equidade social, eficiência económica e sustentabilidade ecológica. Estes princípios formam um método para analisar e depois gerir os recursos hídricos de uma maneira que leva um resultado coordenado. A interacção entre os princípios é apresentada na Figura 1.1.

Figura 1.1 – Os princípios de GIRH e como eles interagem

Equidade social – refere-se às consequências das decisões e acções enfrentadas por diferentes utilizadores da água. O enfoque é particularmente sobre assegurar a equidade no acesso e uso de recursos hídricos e os benefícios derivados para todos os utilizadores, particularmente os desfavorecidos.

Eficiência Económica – refere-se à necessidade de fazer o uso mais económico dos recursos hídricos para obter os mais altos valores de retorno, atingindo assim o maior benefício para o maior número de pessoas. Este valor não somente uma questão de preço, mas deve também incluir os custos e benefícios sociais e ambientais actuais e futuros.

Sustentabilidade Ecológica – refere-se ao reconhecimento do ambiente como um utilizador ele próprio e apela à manutenção dos serviços que os ecossistemas providenciam. Como tal, os recursos hídricos não devem ser delapidados para além dos limites de reposição através de processos naturais ou intervenção humana.

Para mais informação sobre a GIRH e os seus princípios, por favor veja a Parte II do conjunto de materiais de GIRH intitulado "Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH".

---

[2] Integrated Water Resources Management, TAC Background Paper #4, Global Water Partnership Technical Advisory Committee, Estocolmo 2000, p. 22

2. Opções para o engajamento do Governo Local na GIRH

A forma como os recursos hídricos – tais como a água subterrânea, lagos, correntes, rios, etc. – são geridos tem um impacto directo sobre os deveres e mandatos do Governo Local. Um estado mau dos recursos hídricos pode reduzir a eficácia e qualidade de muitos serviços que o Governo Local providencia e é responsável por isso.

Do mesmo modo, várias acções dos Governos Locais produzem impacto sobre os recursos hídricos e podem afectar utilizadores a jusante, e algumas vezes a montante, de uma bacia de captação. Isto pode causar conflitos com as necessidades e interesses de outras comunidades.

Os Governos Locais podem jogar um grande papel em tornar a GIRH mais efectiva. Como as seguintes secções mostram, há várias oportunidades para que o Governo Local se engaje na gestão de recursos hídricos, assegurando assim que as necessidade tanto dos utilizadores de água como o ambiente aquático natural sejam abordados tanto localmente e, finalmente, como em qualquer lugar na bacia de captação.

Selecção da abordagem correcta

Depois de ter feito um compromisso para se engajar na GIRH, os Governos Locais devem seleccionar uma abordagem que seja mais apropriada às circunstâncias e capacidades locais. As Secções 2.1 e 2.2 deste guião identificam duas opções que os Governos Locais podem considerar quando se engajam na GIRH. Elas são as seguintes:

a) **GIRH ao nível local** – Ao nível local, os Governos Locais podem contribuir para a GIRH tomando em consideração os estado dos recursos hídricos quando desempenham os seus mandatos regulares. Os princípios de GIRH ajudam a direccionar os respectivos processos de tomada de decisões e de planificação em cada mandato. Quer iniciar a GIRH num somente num ou dois mandatos quer implementá-la em todos os departamentos relevantes irá depender das condições locais. A abordagem escolhida pode, de certeza, ser em qualquer lugar dentro desta gama e não iria necessariamente permanecer estática, mas sim poderia esperar-se que cobrisse um número crescente de mandatos ao longo do tempo.

b) **A GIRH para além das fronteiras do Governo Local** – A integração é melhor conseguida através da cooperação. O que é importante ao nível local é também chave além das fronteiras locais. Os Governos Locais podem criar sinergias através da coordenação das suas actividades com Governos Locais vizinhos e outros Governos Locais da bacia de captação ("colaboração horizontal"). Se o quadro institucional permite, podem surgir oportunidades para dar voz aos interesses locais em níveis mais altos do governo ou instituições de bacias hidrográficas recentemente estabelecidas ("colaboração vertical").

Juntar as duas opções – acções dentro e fora das fronteiras locais – refere-se aqui com uma abordagem de "paralela". Tal combinação é provável que produza os melhores resultados.. Todavia, isto pode não ser sempre viável ou o caminho mais apropriado em direcção à GIRH para todos os Governos Locais. Cada Governo Local terá que identificar o ponto de entrada para a GIRH que é mais apropriado para as condições e desafios da sua própria área local.

A decisão sobre se é possível ou não "GIRH para além das fronteiras locais", e portanto uma abordagem de paralela, irá depender das oportunidades do Governo Local consultar as agências e autoridades de gestão de bacias de captação e recursos hídricos de nível nacional.

A Figura 2.1 mostra duas opções da abordagem de "paralela".

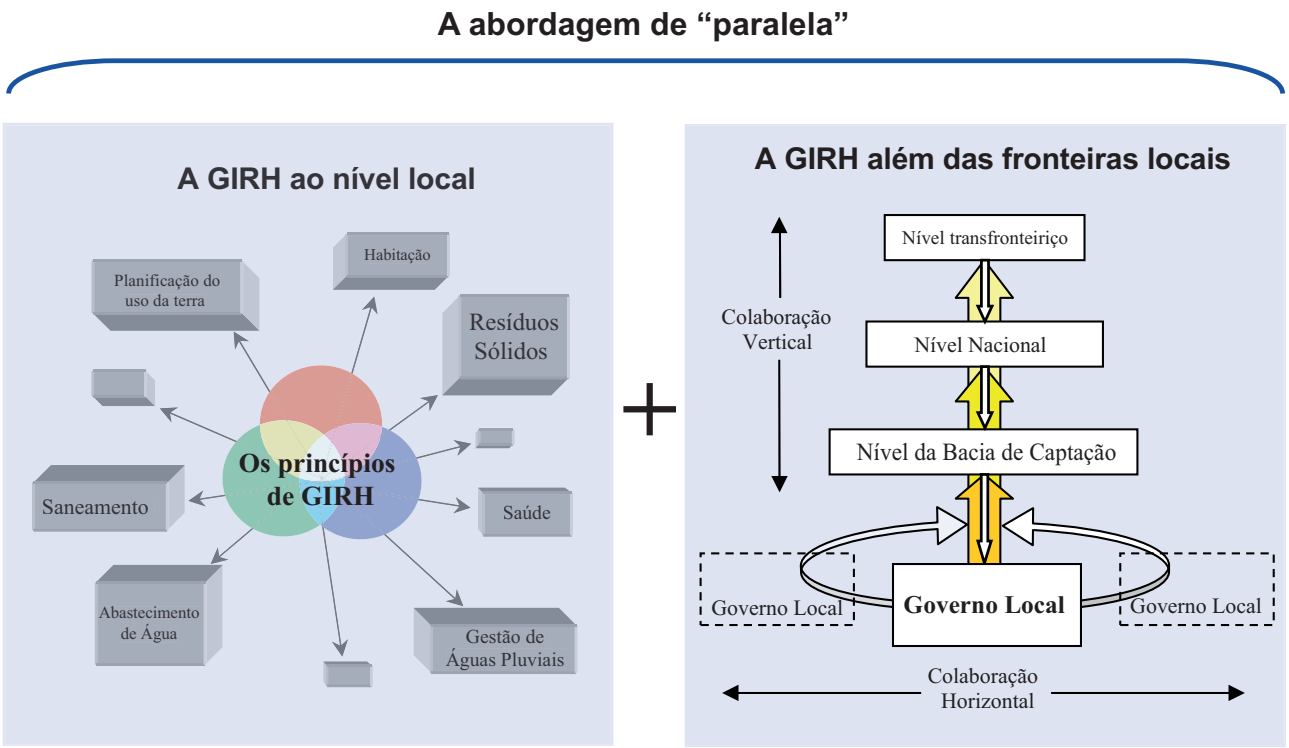


Figura 2.1: A abordagem de "paralela" da GIRH

2.1 A GIRH ao nível local – a aplicação dos princípios nos mandatos do Governo Local

Conforme já discutido de forma breve, os princípios de GIRH podem ser aplicados ao nível local num maior ou menor nível numa gama de mandatos do Governo Local. Isto pode ser uma abordagem básica que implementa acções de GIRH simples nas operações do dia-a-dia de somente um ou dois mandatos locais. Do outro lado da escala, isto pode incluir a aplicação de medidas de GIRH em mandatos relevantes, conseguindo deste modo uma abordagem mais integrada. Em muitos casos, os Governos Locais devem decidir começar com poucos mandatos seleccionados e então procurar oportunidades para expandir conforme o seu processo de GIRH se desenvolve.

Muitos mandatos do Governo Local estão estreitamente ligados aos recursos hídricos. Esta conexão é uma relação mútua com a provisão de certos mandatos que produzem impacto sobre os recursos hídricos e, vice-versa, recursos hídricos que produzem impacto sobre certos mandatos. Alguns mandatos têm uma ligação óbvia com os recursos hídricos, tais como o abastecimento de água e a gestão das águas pluviais. Outros mandatos são menos óbvios devido a uma relação indirecta, tal como a planificação do uso da terra. A Figura 2.2 lista os mandatos relevantes, distinguindo entre aqueles que estão directa e indirectamente relacionados com os recursos hídricos.

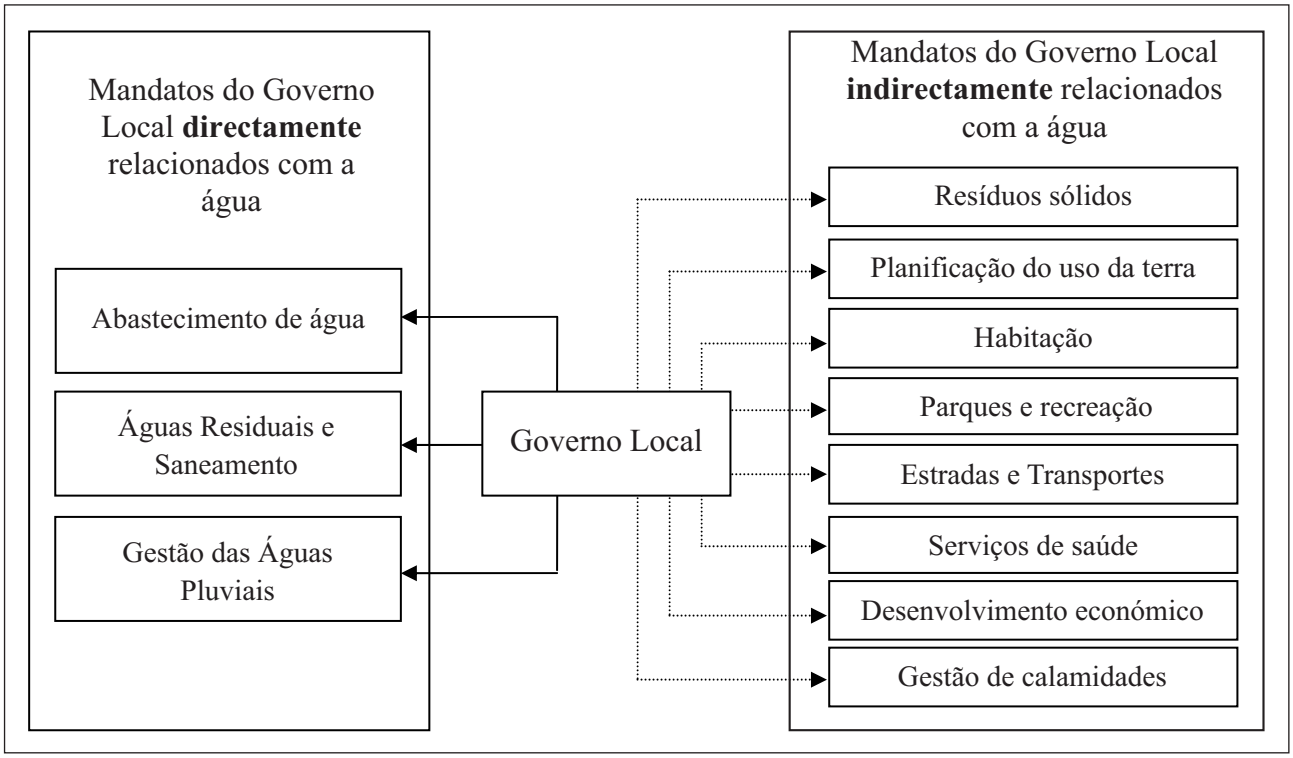


Figura 2.2: Mandatos do Governo Local que estão directa e indirectamente relacionados com os recursos hídricos

A escolha de mandatos nos quais o Governo Local aplica inicialmente os princípios de GIRH irá depender de uma gama de factores e condições específicas da área local. Quando se decide quais mandatos visar, o Governo Local deverá considerar, por exemplo, onde é que as acções irão ter o maior impacto imediato, que áreas foram priorizadas para melhoramento e onde é que maiores benefícios tangíveis serão ganhos através do investimento mais baixo.

A Figura 2.3 mostra como a GIRH pode começar pequena e aumentar de tamanho para ser incorporada ao longo do tempo.

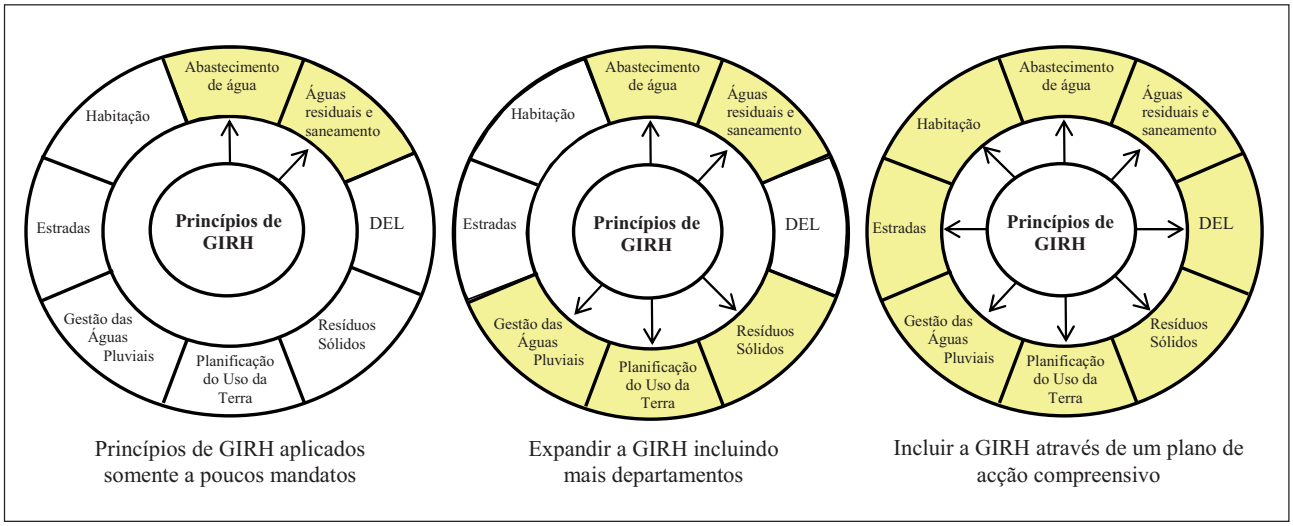


Figura 2.3: Expansão da GIRH para uma abordagem de escala completa

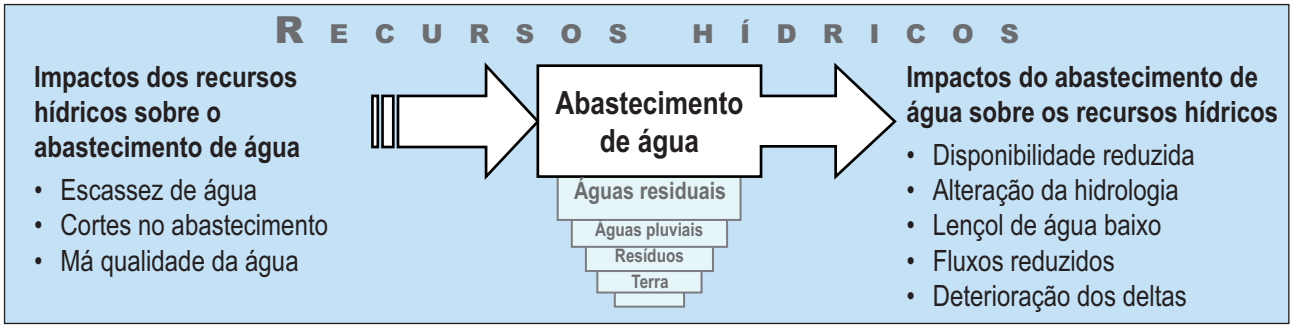
A aplicação dos princípios de GIRH nos mandatos do Governo Local pode consistir de muitos movimentos pequenos para se engajar na gestão de recursos hídricos. Mesmo quando limitadas no âmbito e aplicadas somente a dois ou três mandatos, contudo, as acções iniciais podem fazer incursões no melhoramento da equidade social, eficiência económica e sustentabilidade ambiental.

Dar enfoque a somente poucos mandatos é particularmente apropriado para administrações pequenas que têm recursos financeiros e humanos limitados. Pode também ser o ponto inicial mais apropriado para as administrações que estão a implementar medidas de GIRH pela primeira vez. Embora pequenos avanços em direcção à GIRH possam parecer insignificantes para se começar, será sempre melhor do que não fazer nada. Começar desta forma pode levar a implementação de várias outras iniciativas, cuja soma irá finalmente começar a ter um impacto considerável na comunidade local e encorajar o desenvolvimento de uma implementação mais compreensiva da GIRH.

As Secções 2.1.1 a 2.1.11 chamam a atenção a ligações específicas entre os mandatos do Governo Local listados na Figura 2.2 e os recursos hídricos. Estas descrevem como os recursos hídricos produzem impacto em cada mandato e ao mesmo tempo como cada mandato pode produzir impacto sobre os recursos hídricos.

2.1.1 Abastecimento de água

O abastecimento de água é um dos mandatos mais importantes de cada Governo Local, visto que a provisão deste serviço básico produz tal impacto crucial sobre os padrões de vida. O abastecimento de água segura e fiável pode ajudar a atingir melhoramentos na subsistência, saúde e frequência escolar, contribuindo deste modo para a erradicação da pobreza.



Recursos hídricos → Mandato

O abastecimento de água depende directamente do estado dos recursos hídricos e acesso a uma fonte fiável. Em áreas onde a água é escassa quer numa base permanente quer como resultado da seca, a população local está em risco de **cortes no abastecimento e escassez de água**. Em tais circunstâncias, os padrões de vida podem sofrer devido à falta de água para beber, lavar, saneamento e terrenos para hortas, o que pode produzir impacto sobre a saúde e produtividade. O acesso a recursos escassos pode também ser restrito para os utilizadores domésticos devido a procura em concorrência de grandes utilizadores mais lucrativos como a agricultura, indústria e minas.

A **qualidade** da fonte **de água** pode produzir um grande impacto sobre o abastecimento de água. A má qualidade da água pode ocorrer ou estar ligada à actividade humana na bacia de captação. Manchas de algas, turvação da água, salinização e água contaminada por agentes patogénicos e cancerígenos, tais como o cryptosporidium e arsénico, podem restringir o abastecimento de água de uma fonte onde as tecnologias de tratamento não estão disponíveis para resolver o problema.

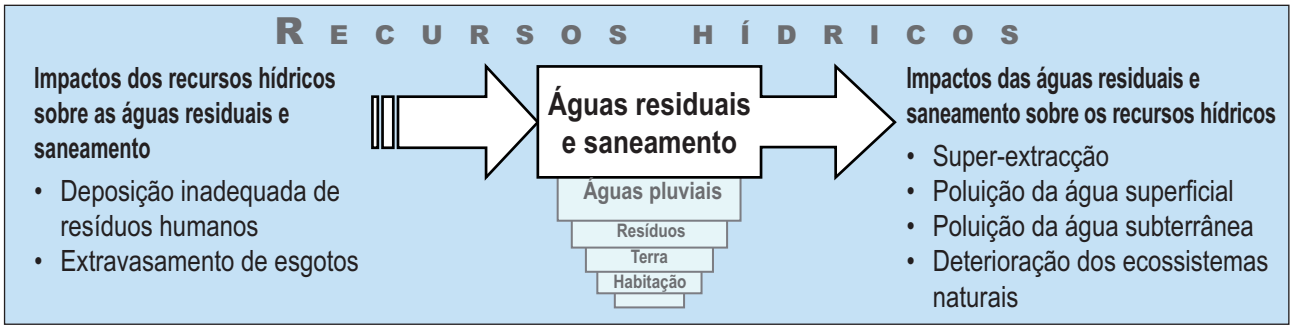
Mandato → Recursos hídricos

As extracções locais para o abastecimento água a partir tanto de fontes superficiais como subterrâneas **reduz a disponibilidade de recursos hídricos para outros usos locais, o ambiente, e utilizadores a jusante**. Este é especialmente o caso à volta de grandes cidades onde pode ser criada uma grande procura doméstica de recursos.

A extracção de água para uso doméstico e desenvolvimento de infra-estruturas de abastecimento de água pode **alterar a hidrologia local**, com implicações para os utilizadores a jusante e para o ambiente. As extracções não sustentáveis de água subterrânea **baixam o lençol de água** e podem fazer **secar fontes, cursos de água e terras baixas** que ela alimenta. A super-extracção de rios pode ter consequências similares através de **fluxos reduzidos**. Numa maior escala, a construção de barragens para o abastecimento de água para, por exemplo, grandes cidades, zonas de inundação, altera os padrões do fluxo dos rios e armazena sedimentos que causando a **deterioração dos deltas dos rios**.

2.1.2 Águas residuais e saneamento

As facilidades de saneamento e tratamento de águas residuais têm várias ligações com o ciclo de água. Estas diferem de acordo com o tipo de tecnologia de saneamento usada e com as facilidades de recolha, transporte e tratamento de águas residuais disponíveis.



Recursos hídricos → Mandato

Os sistemas de saneamento que usam sanitários com autoclismo precisam de requerem água para funcionarem. Se, devido à escassez de água local, um abastecimento de água fiável não funciona para descarregar o sanitário, o sistema já não trabalha e a **deposição de resíduos humanos** pode tornar-se **num problema** resultando em questões de saúde pública.

Muitos sistemas de drenagem de águas residuais são combinados com a drenagem de águas pluviais. Grandes aumentos de águas pluviais durante queda de chuvas fortes podem causar o **extravasamento do sistema** e exceder a capacidade das estações de tratamento de águas residuais. As inundações que podem resultar são prováveis de causar riscos de saúde para a população local.

Mandato → Recursos hídricos

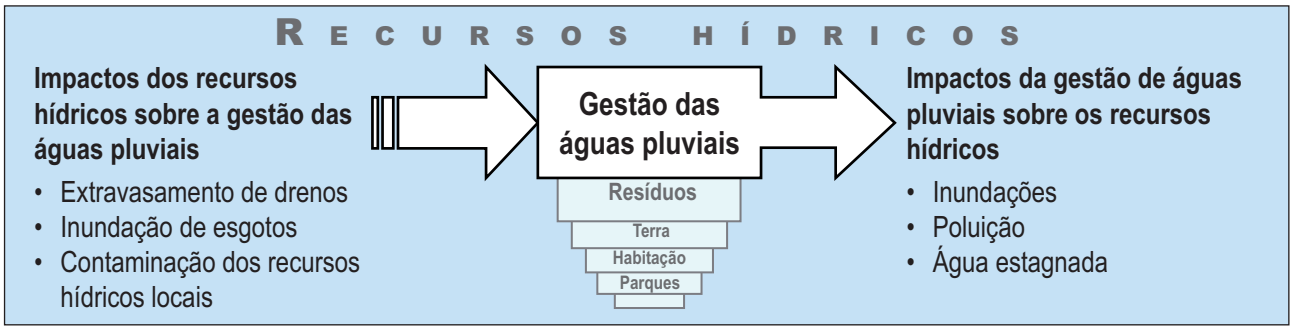
Embora os volumes sejam pequenos comparados com outros usos, os sanitários com autoclismo ainda requerem uma quantidade significativa de abastecimento de água local tratada. Isto pode resultar em **super-extracção** dos recursos hídricos locais levantando questões sobre se o abastecimento de água potável escassa deve mesmo ser usado para depor resíduos humanos.

Os sanitários com autoclismo também requerem a recolha, transporte e deposição das águas residuais resultantes. Isto pode ter grandes impactos sobre os utilizadores a jusante porque, se não gerido de forma apropriada, as infra-estruturas com fugas, fracos métodos de recolha e o tratamento insuficiente podem causar a **poluição dos recursos hídricos** que recebem as descargas. **O ambiente natural** também pode **sofrer** como resultado.

Em muitas áreas rurais e peri-urbanas, as pessoas recorrem a latrinas secas (latrinas VIP, sanitários com desvio de urina, etc.), as quais não requerem água para a descarga e, portanto, não estão associadas a questões de abastecimento de água e gestão de águas residuais. Contudo, especialmente quando construídas próximo de poços ou em áreas com um lençol de água alto, estas podem causar a **poluição da água subterrânea**. Quando desenhadas de forma apropriada, tal contaminação deve ser relativamente fácil de gerir e representa somente um nível mínimo de risco.

2.1.3 Gestão das águas pluviais

A gestão das águas pluviais está estreitamente relacionada com os recursos hídricos através da influência que a infra-estrutura de águas pluviais tem sobre a hidrologia local e drenagem durante a ocorrência de chuvas fortes. As águas pluviais são também elas próprias uma fonte de água potável, e se forem geridas de forma eficiente podem ser recolhidas e utilizadas para aumentar o abastecimento local.



Recursos hídricos → Mandato

As infra-estruturas de águas pluviais não desenhadas com capacidade suficiente podem **extravasar** durante eventos extremos de quedas de chuvas. Em sistemas em que não existe separação de águas pluviais e águas residuais, tais extravasamentos causam **inundações dos esgotos** e o risco de **as águas residuais não tratadas contaminarem área local**.

Mandato → Recursos hídricos

Os sistemas de águas pluviais são sempre desenhados para rapidamente removerem fluxos de superfícies altas de uma área, reduzindo deste modo as taxas de intercepção e infiltração no solo. Isto pode ter várias consequências para os recursos hídricos.

O aumento do volume de escoamento pode causar **inundações** tanto ao longo dos próprios drenos como nas zonas de deposição ou retenção finais. O impacto físico de um fluxo maior pode também causar a erosão da margem dos rios e a sedimentação dos rios e leitos cursos de água. Os sistemas de drenagem que interceptam de retêm as águas pluviais podem ajudar a mitigar estas questões.

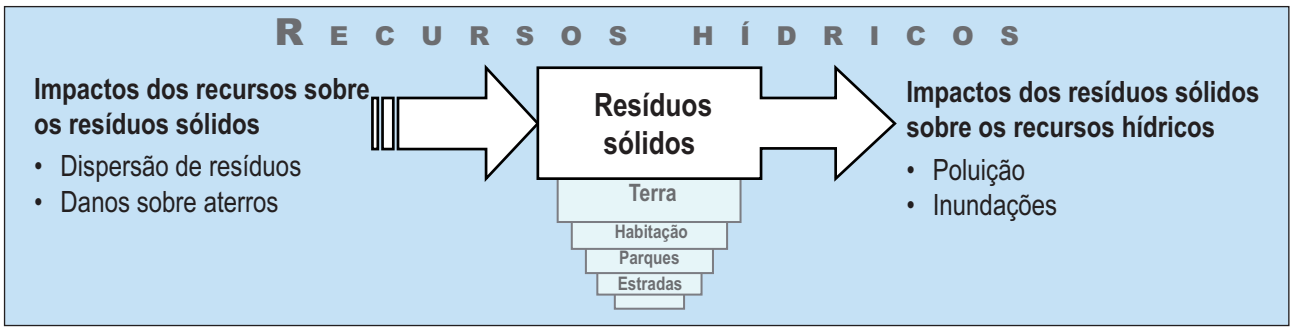
Os sistemas de águas pluviais tendem a drenar áreas desenvolvidas que muitas vezes contêm poluentes tais como óleos de veículos e pesticidas agrícolas. Se não existirem medidas de mitigação na fonte para tratar o escoamento, existe uma grande possibilidade de eles serem transportados para os cursos de água locais e causar **poluição**.

A falta de uma drenagem adequada das águas pluviais pode ter vários impactos. Os sistemas de drenagem mal desenhados e mantidos podem causar o aparecimento poças de **água estagnada**, providenciando locais para a reprodução de vectores de doenças, tal como a malária. Os canais e sistemas de drenagem bloqueados e não desenhados para suportar grandes fluxos também podem causar inundações localizadas e a montante, quando os grandes fluxos retidos.

Sistemas de drenagem de águas pluviais bem desenhados em que o escoamento é recolhido e armazenado para uso futuro também podem causar um impacto positivo sobre o ambiente natural da água através da redução da procura de fontes de água potável.

2.1.4 Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos podem ter um efeito sobre os recursos hídricos através da contaminação das massas de água e bloqueio dos canais de drenagem.



Recursos hídricos → Mandato

A construção de aterros em áreas propensas a inundações pode tornar o local vulnerável durante os períodos de grandes quedas de chuvas e tempestades. Sem medidas de mitigação a funcionar, tais eventos podem causar a **dispersão dos resíduos** requerendo operações de limpeza caras. As **inundações também causam riscos para os aterros** que não estão suficientemente protegidos, o que pode tornar necessário medidas de reabilitação caras.

Mandato → Recursos hídricos

A má deposição de resíduos sólidos pode originar a **poluição** dos recursos hídricos através da contaminação directa de massas de água e a lixiviação de substâncias perigosas do aterro e locais de resíduos perigosos para a água subterrânea. A poluição dos recursos hídricos a partir dos resíduos sólidos pode ocorrer em diferentes pontos – no ponto de origem, quando não recolhidos de forma adequada, durante o transporte ou no ponto de deposição final. O problema pode indirectamente produzir impacto sobre as indústrias locais, tais como a pesca, se, por exemplo, aparecer mercúrio no abastecimento de água.

Os resíduos sólidos não recolhidos ou mal recolhidos bloqueiam os canais de drenagem feitos pelo homem ou naturais, causando potencialmente **inundações** localizadas.

2.1.5 Planificação do uso da terra

Certos tipos de desenvolvimento do uso da terra podem causar mudanças significativas nos recursos hídricos através da alteração da hidrologia local, procura de mais água das fontes locais e do aumento da poluição.

Recursos hídricos → Mandato

Para tipos de uso da terra tais como a agricultura, indústria e habitação, o abastecimento de água fiável pode ser um requisito essencial. As áreas que já sofrem da falta de água podem não ser capazes de abastecem água suficiente para satisfazer a procura associada ao uso da terra planificado, e deste modo, **restringem o desenvolvimento**.

A terra situada em zonas de inundações pode experimentar inundações regulares. O desenvolvimento desta terra sem medidas suficientes de protecção contra cheias pode resultar em danos onerosos quando ocorrem cheias e pode tornar difícil obter seguro das propriedades e infra-estruturas.

Mandato → Recursos hídricos

As mudanças no uso da terra podem resultar em **mudanças na hidrologia local**. Isto é especialmente o caso em que superfícies duras substituem as permeáveis, quando os padrões de escoamento e infiltração são alterados causando erosão e o aumento da sedimentação dos cursos de água e leitos dos rios. Isto também pode ocorrer com superfícies leves quando, por exemplo, as plantações florestais podem reter o escoamento, reduzindo deste modo os fluxos para os cursos de água e aquíferos (embora deva ser notado que a reflorestação em certas zonas pode reduzir a erosão e o risco de inundações visto que as árvores atenuam o escoamento).

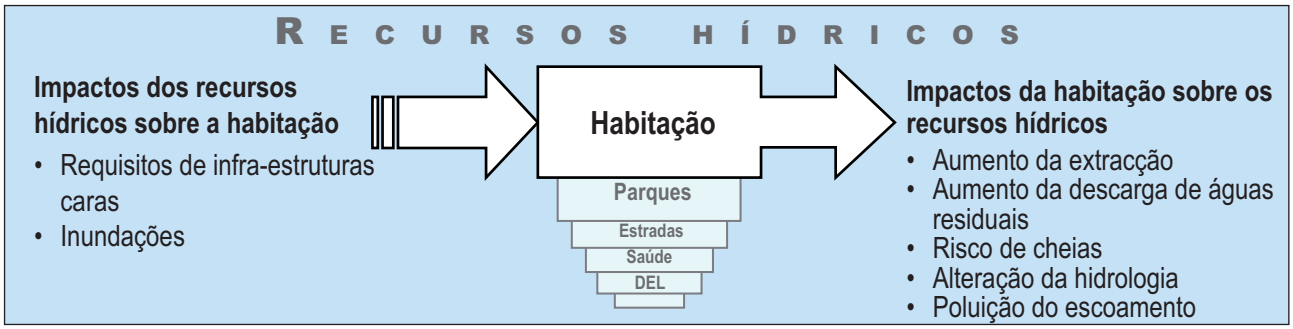
A procura de água para o uso da terra, tal como a agricultura irrigada e certas indústrias, pode ser alta e reduzir a disponibilidade de água para outros usos na área local e a jusante. Nestas circunstâncias, o ambiente natural deve também ser considerado um utilizador e isto pode sofrer quando ocorrer a **super-extracção** para satisfazer o aumento da procura.

A conversão da vegetação natural em superfícies duras pode aumentar o **risco de cheias** tanto localmente como a jusante. Menos água se infiltra no solo durante a queda de chuvas fortes fazendo com que o escoamento entre nos cursos de água mais rapidamente e em maiores volumes, o que pode resultar em aumentos significativos dos fluxos de pico.

Certos tipos de uso de terra podem ter implicações nos recursos hídricos através da descarga de **poluentes** em massas de água locais. Isto é especialmente o caso da agricultura, mineração e muitas formas de indústria pesada.

2.1.6 Habitação

O desenvolvimento da habitação terá grande influência nos recursos hídricos devido ao aumento associado da população e à mudança da paisagem natural. As consequências podem variar dependendo, por exemplo, se o desenvolvimento é habitação planificada ou corresponde a construções informais.



Recursos hídricos → Mandato

Os novos desenvolvimentos de habitação requerem acesso a abastecimento de água fiável. A construção de novos desenvolvimentos em áreas com escassez de água pode resultar em os habitantes sofrerem de cortes no abastecimento de água e no aumento da **necessidade de infra-estruturas caras**, tais como esquemas de transferência de água.

A construção de projectos de habitação próximo de rios ser realizar uma avaliação suficiente do risco de cheias pode expor os novos desenvolvimentos a **inundações regulares**. Os custos económicos de inundações pode ser substancial e os proprietários das casas podem ter dificuldades em segurar as suas propriedades contra danos de cheias.

Mandato → Recursos hídricos

O abastecimento de água a novos desenvolvimentos de habitação pode produzir impactos negativos sobre outros utilizadores quer na comunidade local quer a montante e a jusante da bacia de captação porque há menos água disponível. O ambiente também pode sofrer como resultado do **aumento da extracção** de fontes naturais.

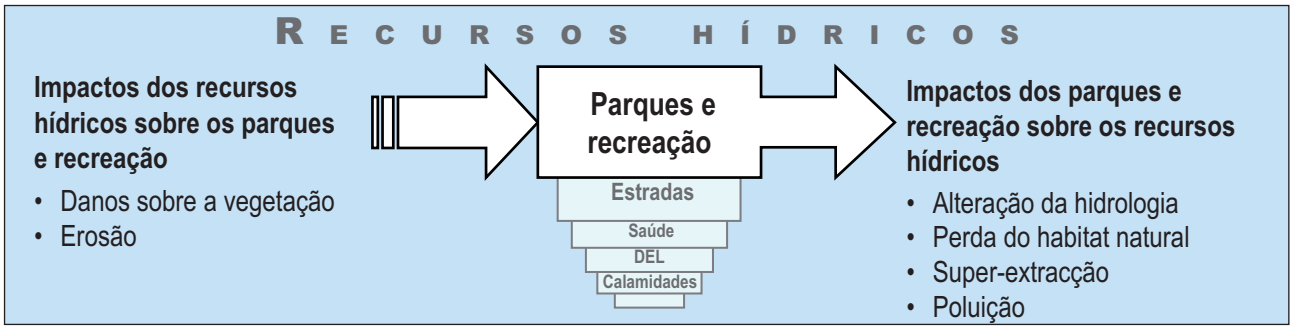
Os novos desenvolvimentos causam um **aumento no volume das águas residuais**. O tratamento e deposição inadequados dos efluentes podem poluir as fontes de água subterrânea e superficial locais resultando em problemas de saúde. Isto pode ser especialmente uma questão nos aglomerados informais.

A conversão do ambiente natural em paisagem urbana muitas vezes requer a substituição das superfícies com vegetação por superfícies duras. Isto pode criar **altos riscos de inundaçõe**s porque o aumento do escoamento devido à falta de vegetação para interceptar os fluxos e a redução das taxas de infiltração no solo resultam em maiores volumes de drenagem a serem descarregados rapidamente para os cursos de água locais. O aumento do escoamento também provoca a erosão das margens dos rios e deposita altos níveis de sedimentos nos rios e lagos **alterando a hidrologia local**.

A poluição também pode ocorrer tanto mais quando o aumento do escoamento vier das estradas e áreas de parqueamento onde o óleo dos veículos estará muitas vezes presente.

2.1.7 Parques e recreação

La construction et la gestion des parcs et des aires de loisirs sont souvent étroitement liées aux ressources en eau par le biais des changements de la végétation, de la manipulation des cours d'eau et des demandes en irrigation.



Recursos hídricos → Mandato

Em função da escolha da paisagem e vegetação, os parques e áreas de recreação podem sofrer danos devido a falta de precipitação e secas. Os períodos de pouca precipitação podem causar **danos na vegetação** porque as espécies de plantas não resistentes à seca morrem e a relva e campos de jogos secam.

As facilidades de drenagem mal desenhadas dentro dos parques e áreas de recreação podem resultar em **inundações** e erosão durante a ocorrência de chuvas fortes. A água parada impede o uso dos parques e campos de jogos e pode destruir certas espécies de plantas. A falta de bacias de armazenagem e canais de drenagem eficientes pode resultar na formação de **ravinas** e **erosão do solo**.

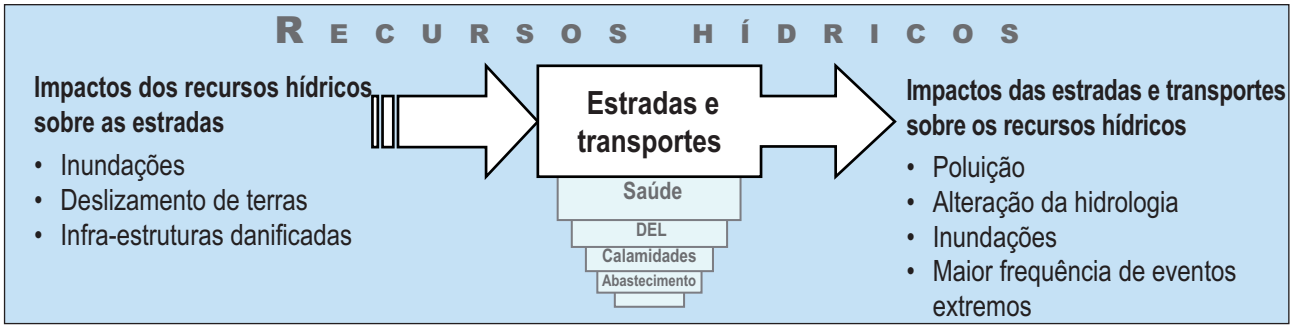
Mandato → Recursos hídricos

A construção de parques e áreas de recreação pode envolver a remoção da vegetação nativa e a introdução de espécies de plantas alternativas. Tais mudanças podem produzir impacto no equilíbrio do **ecossistema dos rios** resultando na **perda do habitat natural**. Estas alterações podem causar o aumento do escoamento que provoca a erosão das margens dos rios, transfere grandes quantidades de lodo para o leito dos rios e cursos de água e aumenta o risco de cheias. Os parques e áreas de recreação muitas vezes requerem irrigação para manter a relva, campos de jogos e espécies de plantas estranhas. Técnicas de irrigação ineficientes, tais como a irrigação por aspersão (associada com grandes perdas por evaporação), podem constituir um uso esbanjador de recursos hídricos escassos resultando na **super-extracção** que deixa menos recursos para o ambiente e outros usos locais.

A presença de campas cemitérios próximo de fontes de água superficial e subterrânea pode causar **poluição**, aumentando, por este meio, os riscos de saúde para aqueles que usam as fontes para o abastecimento de água.

2.1.8 Estradas e transportes

As redes locais de transporte, tal como estradas, linhas férreas e pontes, podem ter efeitos potenciais sobre, e serem afectadas por, recursos hídricos. Isto deve ser considerado durante o desenvolvimento de planos de transporte público e privado local e antes da construção de projectos de infra-estruturas.



Recursos hídricos → Mandato

As estradas e infra-estruturas de transporte construídas próximo de cursos de água podem ser muito afectadas durante incidentes de **cheias** devido aos efeitos de inundações e **deslizamento de terras**. Tais eventos podem colocar **fora de uso as infra-estruturas** durante longos períodos, assim como causar **danos** elevados **às estradas e linhas férreas**.

Mandato → Recursos hídricos

O escoamento das estradas muitas vezes podem conter óleo de veículos e sujidade que são então transferidos para os cursos de água causando **poluição**. Os cursos dos rios e rotas de tráfego são as "artérias do desenvolvimento" – como é que estão localizadas em ralação cada uma é importante para minimizar o impacto da poluição.

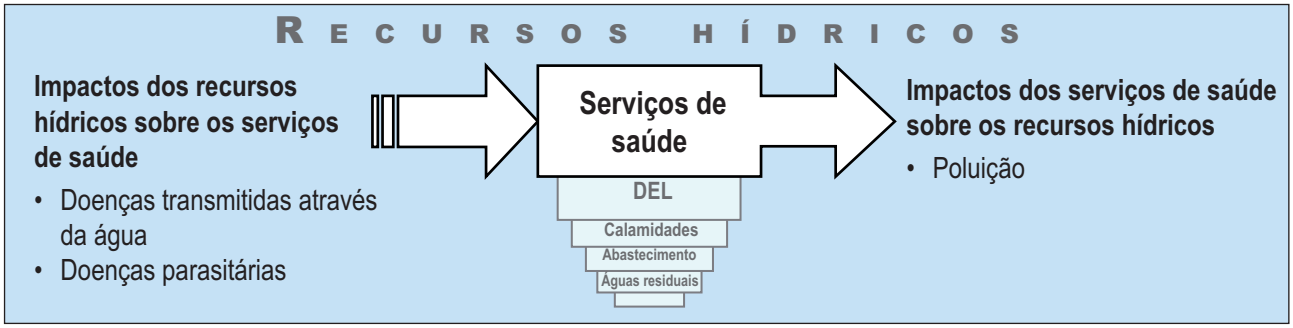
As estradas provocam o aumento do escoamento superficial porque o fluxo de água é concentrado e canalizado da estrada para os cursos de água. Isto altera as correntes de água e rios porque o aumento das taxas de escoamento provoca a erosão das margens dos rios e transporta grandes cargas de sedimentos, especialmente quando as estradas têm uma base de terra batida. Também podem ocorrer **cheias** porque as superfícies impermeáveis da estrada aumentam os fluxos de pico durante a ocorrência de tempestades.

Pontes que não são bem desenhadas para acomodar grandes fluxos podem formar uma barreira durante as cheias. Isto pode aumentar os impactos de **inundações** localizadas porque a água porque a água fica retida atrás da ponte e o fluxo é redireccionado.

Numa perspectiva mais global, a construção de estradas resulta no aumento do uso de carros, que quando adicionado a uma rede de estradas já densa e com um volume de tráfico crescente, tem implicações de longo prazo relacionadas com a poluição e mudanças climáticas. Isto pode **aumentar a frequência de cheias e secas**.

2.1.9 Serviços de saúde

A saúde da população local está estritamente relacionada com o abastecimento de água segura e garantida e saneamento adequado, assim como a eficácia dos sistemas de drenagem.



Recursos hídricos → Mandato

Os impactos negativos dos recursos hídricos sobre a saúde são muitas vezes o resultado de má gestão do recursos e não dos próprios recursos. As causas principais de doenças relacionadas com a água tendem a ser a má qualidade da água e charcos de água estagnada, e isto pode ser evitado através de uma gestão dos recursos hídricos eficaz em mandatos tais como o tratamento de águas residuais e a gestão de águas pluviais.

Mais especificamente, **as doenças transmitidas através da água**, tais como a cólera e diarreia, podem ser o resultado directo de falta de acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento, uma vez que são transmitidas através de água potável contaminada por resíduos humanos.

Infra-estruturas de drenagem fracas podem resultar em charcos de água estagnada que se tornam o local de reprodução de vectores de **doenças parasitárias**, tais como a malária. As opções de abastecimento de água, incluindo reservatórios e pequenos diques podem também ter impacto sobre a saúde visto que, além da ameaça da malária, problemas adicionais tais como a bilharziose e vermes intestinais que antes não estavam presentes podem tornar-se uma questão.

Uma saúde fraca causada por um abastecimento de água e saneamento inadequados e uma má drenagem podem ter impactos sociais e económicos significativos na comunidade. As despesas de saúde do Governo Local podem provavelmente aumentar à custa de fundos de outros mandatos e projectos. Adicionalmente, uma saúde fraca da comunidade local reduz a força de trabalho capaz e limita a frequência à escola, criando assim um impacto de longo prazo sobre a economia local.

Mandato → Recursos hídricos

O impacto dos serviços de saúde sobre os recursos hídricos pode ser significativo. Todavia, resolver estes problemas pode ser da responsabilidade de outros mandatos do Governo Local tais como o tratamento de águas residuais e o tratamento de resíduos sólidos. Contudo, os serviços de saúde deve estar conscientes desatas questões e trabalhar em conjunto com outros departamentos do Governo Local para reduzir os impactos.

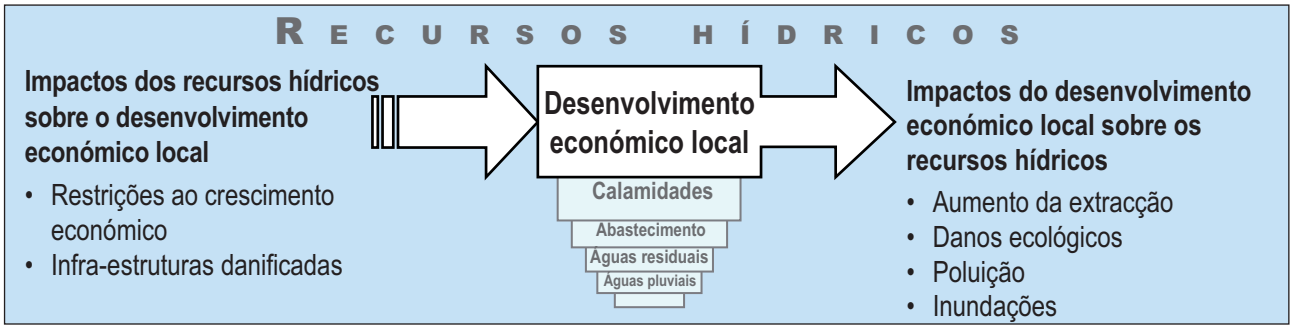
A descarga incontrolada de águas residuais hospitalares sem um pré-tratamento específico pode causar a **poluição** significativa dos recursos hídricos locais. Elementos contaminantes tais como microorganismos patogénicos, metais pesados, desinfectantes, detergentes, solventes e produtos farmacêuticos, podem existir em concentrações que podem danificar o ambiente e significar um risco tóxico ou infeccioso para os humanos.

A deposição de resíduos sólidos de hospitais e clínicas também pode ser cuidadosamente controlada visto que a incineração e deposição inadequadas podem contaminar o abastecimento de água local.

2.1.10 Desenvolvimento económico local

A economia local baseia-se numa gama de diferentes negócios industriais, agrícolas e comerciais que são todos utilizadores de água de várias formas. Por conseguinte, a água é um factor chave de produção e pode ser considerada como indispensável para promover o desenvolvimento local e finalmente ajudar a erradicar a pobreza.

Equilibrar os diferentes interesses em jogo no desenvolvimento económico é um papel especialmente difícil para os Governos Locais. Na maioria das situações, nem todos os utilizadores podem ser satisfeitos de forma igual e devem ser estabelecidas prioridades para a alocação da água e emissão de licenças. Grupos da sociedade com menos poder muitas vezes são mal sucedidos. Todavia, o próprio recurso hídrico é muitas vezes o grande vencido, visto que o valor económico dos serviços dos ecossistemas tende a ser muito subestimado, se pelo menos for entendido.



Recursos hídricos → Mandato

A escassez de água restringe o desenvolvimento económico local visto que a falta de abastecimento de água segura pode **dificultar o crescimento industrial e agrícola**. Muitas indústrias tais como o processamento de metais e fábricas de papel requerem grandes quantidades de água para funcionarem e os lucros agrícolas são muitas vezes baseados em culturas de uso intensivo de água, por exemplo, o algodão e trigo.

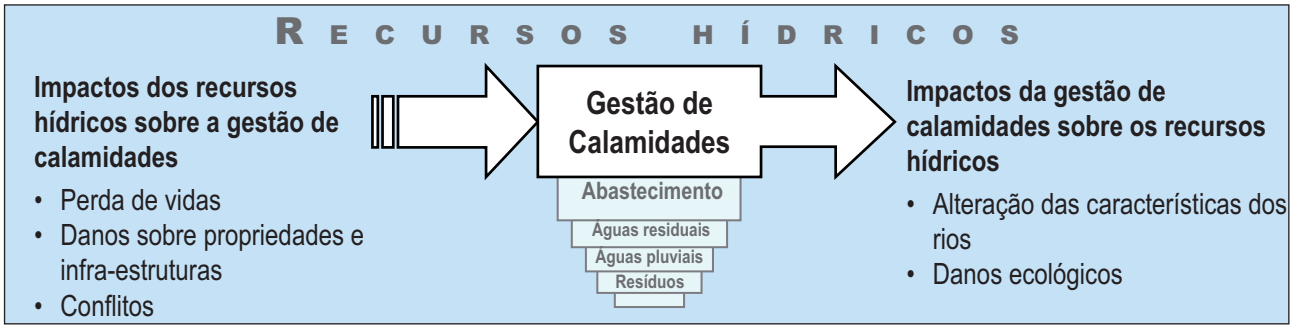
Os eventos de cheias podem ter efeitos devastadores sobre a economia local, visto que dos danos locais podem resultar em custos de reconstrução substanciais. Adicionalmente, **infra-estruturas industriais, agrícolas e de transportes danificadas** podem permanecer fora de uso por períodos significativos depois das cheias. Isto torna difícil a economia recuperar depois de as águas das cheias terem recuado.

Mandato → Recursos hídricos

O uso da água para o desenvolvimento económico tem estar em equilíbrio com toda a água disponível para uso e a qualidade da água ao nível local. O **aumento das extracções** para satisfazer a nova procura pode causar restrições na disponibilidade de água para os utilizadores locais e utilizadores a jusante, assim como criar **danos ecológicos** através da remoção de uma quantidade insustentável de água do ambiente. Mais impactos incluem a **poluição** uma vez que as águas residuais industriais e agrícolas são descarregadas em massas de água locais. O aumento do **risco de cheias** é também uma preocupação associada com o desenvolvimento da terra para fins económicos.

2.1.11 Gestão de calamidades

Algumas das calamidades naturais mais comuns na África Austral, nomeadamente cheias e secas, estão estreitamente ligadas aos recursos hídricos. Ao se preparar para tais calamidades, o Governo Local pode ajudar a reduzir o impacto e custos quando elas ocorrem.



Recursos hídricos → Mandato

As cheias de grande escala são muitas vezes o resultado de chuvas fortes. As águas das cheias podem subir gradualmente durante os períodos de precipitação prolongadas ou podem ocorrer rapidamente como resultado de chuva intensa trazida por eventos tais como ciclones. Todavia, outras circunstâncias tais como o derretimento de neve a montante e a descarga de água das barragens também podem causar inundações. Os efeitos das inundações podem ser devastadores para as comunidades locais devido a potencia **perda de vidas** e **danos sobre propriedades e infra-estruturas**.

As secas tendem a atingir as áreas depois da falta de chuvas durante a estação chuvosa ou durante períodos acumulados de tempo quente e seco não habitual. Contudo, a super-exploração dos recursos hídricos pode também causar secas provocadas pelo homem através do esgotamento de aquíferos e esvaziamento de lagos. Os impactos das secas podem ser severos. Estes podem envolver **conflitos** violentos entre os utilizadores, migração de pessoas e fome.

Mandato → Recursos hídricos

As medidas de protecção contra cheias podem **alterar as características dos rios** de forma significativa. A maior parte dos rios provocam cheias de forma natural e a construção de defesas para prevenir isto muda a hidrologia e pode passar o problema para jusante com efeitos acrescidos.

As medidas de reacção para lidar com as secas podem **danificar os sistemas aquáticos** e a flora e fauna dos quais dependem, enquanto se procuram fontes alternativas de água para substituir a disponibilidade reduzida de pontos de abastecimento regular. A transferência de água pode providenciar uma solução temporária para escassez local mas pode causar danos de longa duração à ecologia da sua fonte. A tomada de medidas para gerir secas pode percorrer um longo caminho na redução desses impactos.

2.2 A GIRH para além das fronteiras do Governo Local

As acções de nível local, conforme discutido na Secção 2.1, constituem uma parte essencial da GIRH. Todavia, os Governos Locais podem ir em frente e ultrapassar as fronteiras locais adoptando deste modo uma 'abordagem paralela' para a GIRH.

É possível ultrapassar as fronteiras locais em duas direcções:

- **horizontal** – coordenação e colaboração entre diferentes Governos Locais
- **vertical** – colaboração com níveis de autoridade mais altos tais como agências de bacias de captação, Governo Nacional e instituições transfronteiriças.

Idealmente, a colaboração vertical é realizada a partir de uma base de coordenação horizontal entre vários Governos Locais. Isto assegura que os interesses e questões comuns são transmitidos verticalmente e têm uma melhor oportunidade para influenciar a legislação e políticas de nível mais alto. A Figura 2.4 mostra este processo.

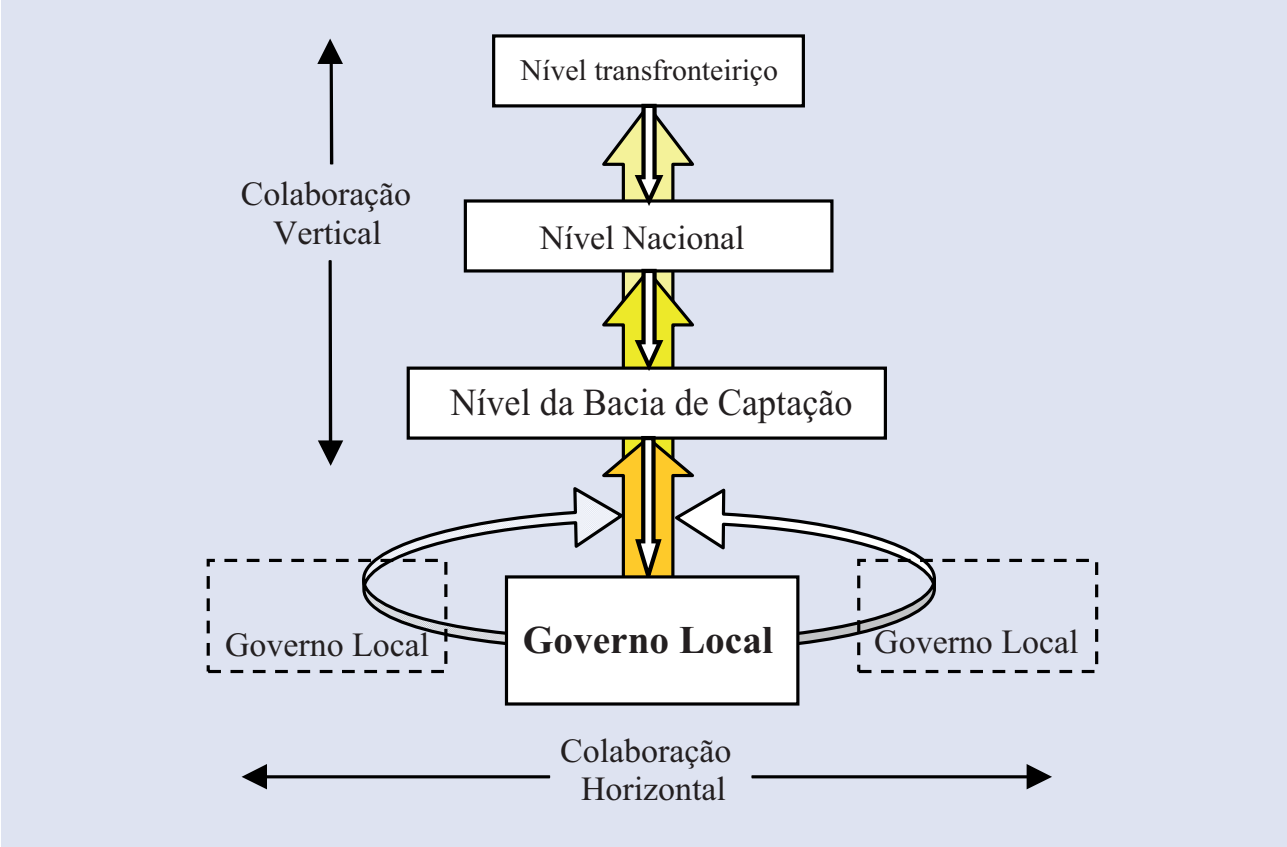


Figura 2.4 A GIRH para além das fronteiras locais

2.2.1 Colaboração Horizontal: forjar ligações com outros Governos Locais

As medidas de GIRH são mais eficazes se os Governos Locais da mesma região organizarem as suas actividades de uma forma coordenada. Os benefícios para os recursos hídricos e consequente para a população, economia e ecologia da área local, provavelmente irão aumentar se um maior número de Governos Locais aplicar os princípios de GIRH numa abordagem sincronizada.

A colaboração não deverá ser limitada simplesmente ao diálogo entre os próprios Governos Locais, mas sim deverá incluir outros utilizadores de água da bacia de captação que também têm interesses na gestão dos recursos hídricos locais. Tal abordagem participativa beneficia-se da vasta gama de conhecimentos existentes sobre os recursos hídricos fora do Governo Local e permite que sejam identificadas as questões e necessidade que não somente do interesse de alguns poucos seleccionados.

A colaboração também tem o potencial de racionalmente reduzir a ameaça de conflitos que possam surgir da concorrência para o acesso e uso de recursos hídricos. Trabalhar em conjunto é a forma mais eficaz de negociar benefícios económicos e alcançar consensos sobre questões em jogo.

Em alguns países da região da SADC, os conselhos de cidades e vilas demonstraram a si próprios serem mais avançados que o Governo Local e tornaram-se pioneiros em certas actividades de GIRH. Nestas situações, o Governo Local está numa boa posição para acelerar o progresso partilhando activamente as suas experiências de GIRH com os outros para além das fronteiras locais.

2.2.2 Colaboração Vertical: engajar-se em instituições sub-nacionais, nacionais e transfronteiriças de GIRH

A legislação, regulamentos e políticas sobre recursos hídricos são normalmente desenvolvidas ao nível de governo internacional, nacional e da bacia hidrográfica ou da bacia de captação. Em função do grau de descentralização, os Governos Locais possuem o poder de desenvolver os seus próprios decretos e políticas, os quais usam quando se engajam na GIRH ao nível local. Todavia, estes devem estar de acordo com os quadros que estão em vigor a níveis mais altos. Portanto, antes de embarcar na GIRH, o Governo Local deve perceber bem esses quadros para assegurar que as suas próprias actividades não são contrárias a eles.

Em alguns países, as autoridades nacionais ou de nível de bacia de captação fizeram arranjos específicos para assegurar que o Governo Local esteja envolvido na GIRH. Um exemplo disso existe na África do Sul em que assentos das Agências de Gestão de Bacias de Captação são alocados aos Governos Locais para se beneficiarem da situação participando em reuniões e apresentando questões relevantes que gostariam de ver abordadas.

É pouco provável que o Governo Local tenha oportunidade de ter um envolvimento directo com instituições ao nível nacional e transfronteiriço. Porém, os seus interesses podem ser indirectamente representados e assim, por sua vez, os Governos Nacionais podem ter a oportunidade de apresentar questões locais ao nível transfronteiriço.

3. Introdução de um processo de GIRH local

Um processo de GIRH local é uma abordagem estruturada para a planificação, monitorização e avaliação da GIRH ao nível local. Tal processo de GIRH é compreensivo por natureza procura identificar e observar as ligações entre os recursos hídricos e os mandatos do Governo Local de uma forma holística.

O processo começa com uma revisão de base de vários aspectos dos próprios recursos hídricos, assim como os quadros jurídico e institucional relevantes e os utilizadores de água da zona. Com base nesta informação, estabelece-se uma plataforma multi-actores para desenvolver a visão abrangente na qual o plano será incluso. A visão é traduzida em objectivos, indicadores e metas mais específicas seguindo escolhas estratégicas feitas pelo Governo Local em coordenação com os actores. Usando esta estratégia, projectos são desenvolvidos para atingir os objectivos e metas através das quais a visão geral se torna realidade.

Antes de começar o processo de planificação, dois requisitos principais devem ser abordados e realizados:

- **Apoio Político** – É importante que a decisão de desenvolver um plano de acção de GIRH local tenha pleno apoio político com o objectivo de assegurar que a estratégia desenvolvida vai para além do estágio de planificação e é implementada com sucesso. O apoio dos políticos locais irá ajudar a aumentar a consciencialização e garantir a alocação de orçamento, o que reduz o risco de o plano não se desenvolver para além de um papel bem intencionado.
- **Coordenação Interna** – Como o plano de acção irá estar ligado a muitas responsabilidades do Governo Local, é essencial que haja uma boa rede de comunicação entre os departamentos do Governo Local. Isto é necessário para assegurar que todas as necessidades e interesses sejam considerados no estágio de desenvolvimento e que todos os departamentos tenham conhecimento do seu papel na implementação e monitorização do próprio plano.

Estes requisitos são detalhados nas Secções 3.1 e 3.2.

Um processo de GIRH local pode ser descrito com uma série de passos. A Figura 3.1 mostras esses passos e apresenta uma breve descrição daquilo que envolvem. Enquanto que o diagrama ilustra um ponto de início óbvio, um processo tal como o descrito nesta secção não é provável que tenha um fim definido. Isto porque a gestão dos recursos hídricos é contínua e deve ser constantemente monitorada, avaliada e melhorada.

A Secção 4 providencia mais detalhes sobre cada um dos passos do processo de implementação, enquanto que a Secção 5 lista e resume inúmeras ferramentas que podem ser usadas para assistir no desenvolvimento dos diferentes estágios.

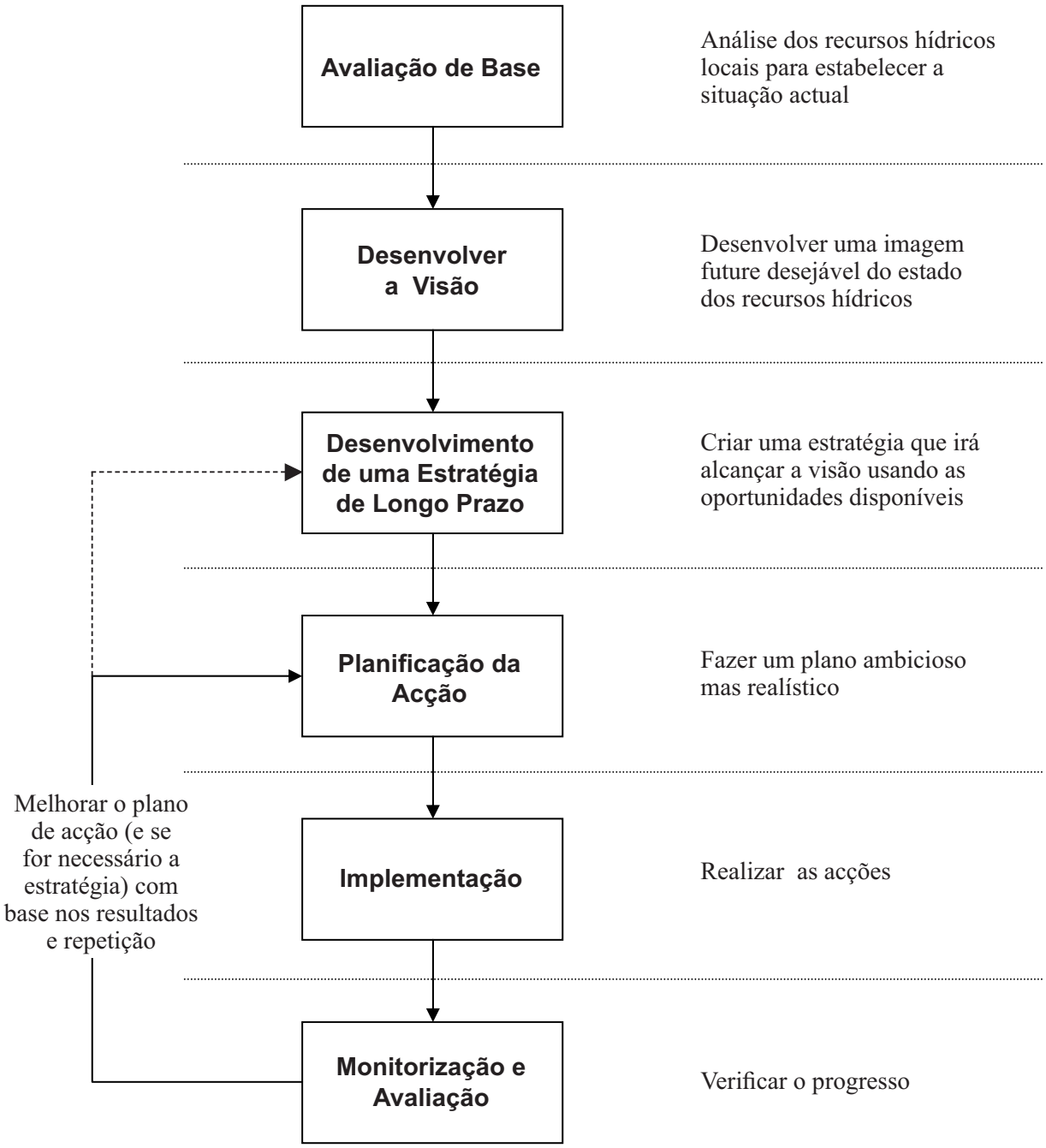


Figura 3.1 Passos do processo de GIRH local

3.1 Assegurar o cometimento político

Antes de se embarcar no desenvolvimento de um plano de acção de GIRH local, é crucial que a liderança política local apoie a legitimidade do processo de GIRH, providencie e crie um quadro vinculativo para a planificação e implementação. A aprovação política é extremamente importante para o lançamento de um processo abrangente que cubra todos os departamentos relevantes do Governo Local – em vez de projectos isolados sobre questões singulares – e colocar a planificação participativa na agenda política.

A aprovação política é também essencial quando o primeiro grande passo do processo de GIRH é alcançado, isto é, quando o plano de acção de água tenha sido finalizado e está pronto para ser implementado.

Fazer caso da GIRH ao nível local

Para estabelecer o apoio e cometimento do conselho local, é necessário convencer os políticos sobre os benefícios económicos, sociais e ambientais a serem ganhos através da GIRH. Igualmente, eles precisam de ter conhecimento do valor acrescentado de se envolver os actores para atingir os objectivos da GIRH de forma mais eficaz.

Com o objectivo de incluir os políticos, alguém tem que dar o primeiro passo e trazer a GIRH para o debate local. Por exemplo, deveria ser um indivíduo ou pode ser um pequeno grupo de colegas do próprio Governo Local que lança e dirige a discussão. Muitas vezes tais pessoas distinguem-se através da forte capacidade de pensamento visionário e estratégico, sua dedicação para fazer com que o Governo Local sirva verdadeiramente as suas comunidades e a sua prontidão par a inovação. Em outros casos, a iniciativa para localizar a GIRH pode vir de fora do Governo Local, por exemplo, de uma organização baseada na comunidade ou cooperativa de agricultores.

O significado do cometimento político

O cometimento e apoio político para se embarcar na GIRH, assim como manter o momentum depois de o processo estar em curso, deve ser ganho através de aprovação pela representação política eleita da comunidade, o conselho local. Este aval formal é significativo porque ajuda a criar o seguinte:

- **Legitimidade** – Através da aprovação do conselho a administração recebe o apoio formal para se tornar activa na GIRH. Também é um pré-requisito para a alocação de um orçamento ao processo.
- **Motivação** – O apoio oficial expresso através de uma decisão do conselho é um sinal de motivação para o pessoal e actores que contribuem com o seu tempo e esforço.
- **Natureza vinculativa** – Ao outorgar aprovação à administração e actores, o conselho também se vincula a si próprio a reconhecer os resultados e "outputs" do plano, conforme desenvolvido através de uma abordagem que envolve actores. Isto garante que o processo está ser tomado a sério e irá produzir efeitos concretos. Também irá assegurar que o Governo Local permaneça responsável perante os actores.

O cometimento político do conselho local é um factor chave para o sucesso de um processo compreensivo de GIRH.

A necessidade de cooperação com os actores

A aprovação do conselho do processo de GIRH deve reconhecer o papel dos actores. Precisa-se de se realçar que uma abordagem participativa não significa minar os poderes do órgão eleito. Ao contrário, a política local beneficia da cooperação directa com os actores, através do apoio da comunidade local e acesso a fontes adicionais de informação, experiência e capacidade, e partilha de responsabilidade pela planificação e implementação de programas e acções.

3.2 Estabelecimento da coordenação interna

Para estabelecer um plano de acção de GIRH com sucesso, é importante que exista um processo de coordenação eficiente dentro do Governo Local. Uma abordagem integrada para gerir os recursos hídricos ao nível local exige que diferentes departamentos do Governo Local sejam ligados e trabalhem em conjunto para partilhar responsabilidades. É provável que isto requeira uma unidade de coordenação que supervise todo o processo. A cooperação do pessoal sénior de cada departamento também será necessária para assegurar que as acções atribuídas sejam executadas de forma eficaz.

Perceber a GIRH nos departamentos do Governo Local

Para alguns departamentos do Governo Local, pode não ser óbvio porquê a GIRH é relevante para o cumprimento do seu mandato. O pessoal deve ter conhecimento sobre como as acções na sua própria área de responsabilidade podem influenciar os recursos hídricos com o objectivo de ajustar o desempenho dos seus mandatos. Este é particularmente o caso dos departamentos em que a ligação entre o mandato e os recursos hídricos não é imediatamente óbvia, tais como gestão de estradas e transportes, ou planificação do uso da terra.

A necessidade de uma unidade de coordenação

Uma unidade inter-departamentos deve ser estabelecida para supervisar o processo de GIRH e a sua gestão, assim como para coordenar a comunicação e actividades internas. De forma ideal, a unidade é composta por representantes dos departamentos relevantes e que providenciam "inputs" ao processo e agem como um ponto de comunicação entre os departamentos. Os membros da unidade devem também ter estatuto sénior para implementar as mudanças acordadas nos vários departamentos. Em departamentos mais pequenos, poderá ser suficiente atribuir o papel de coordenação a um membro sénior do pessoal.

A unidade de coordenação pode existir em várias formas possíveis. Estas incluem as seguintes:

- **Opção A** – Um gabinete separado e de alto nível, para o qual todos os departamentos reportam
- **Opção B** – Um novo gabinete do mesmo nível que os outros departamentos
- **Opção C** – Unidade dentro de um departamento já existente
- **Opção D** – Reuniões de mesa redonda com representantes de todos os departamentos envolvidos no processo.

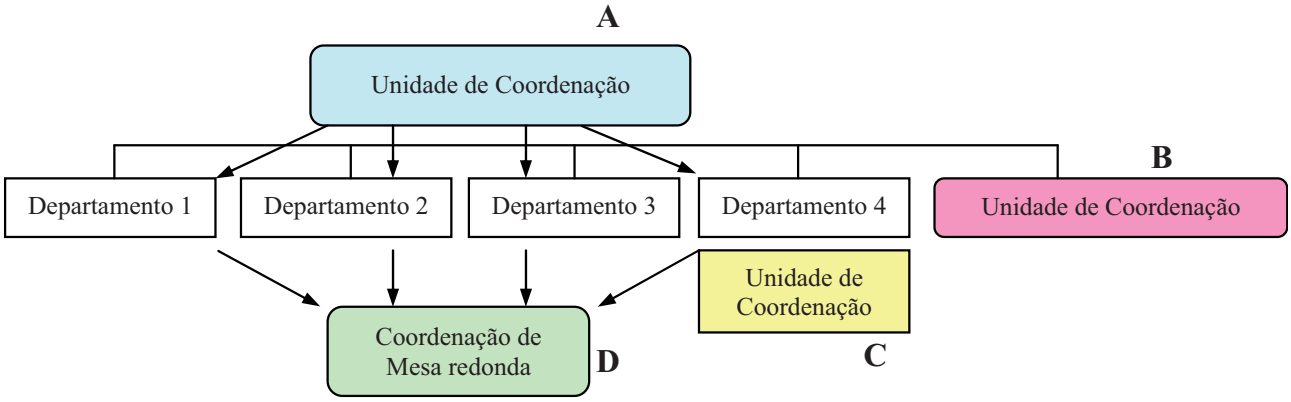


Figura 3.2: Opção para estabelecer a unidade de coordenação interna de um processo de GIRH

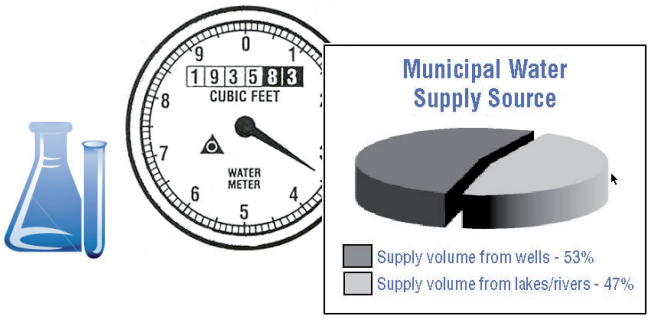
Boa comunicação

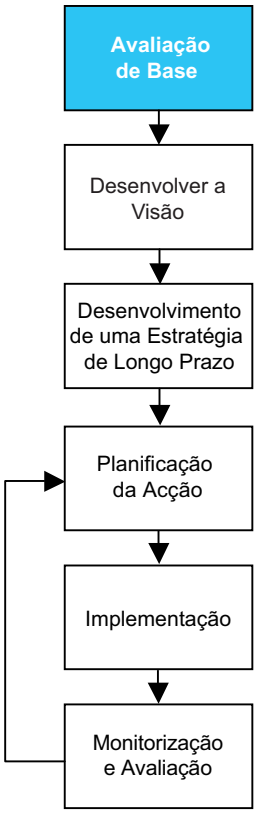
A unidade de coordenação também deve assegurar uma distribuição interna eficaz de informação através de mecanismos formais ou informais. Os métodos informais incluem listas de distribuição, quadros de notícias e comunicação pessoal. Outras abordagens formais podem consistir de anúncios durante reuniões inter-departamentos, comunicação oficial escrita aos chefes de departamento e apresentações sobre o progresso e questões de GIRH.

4. Passos de um processo de GIRH local

O processo de GIRH local é uma abordagem estruturada da gestão compreensiva de recursos hídricos. O processo consiste de vários passos através dos quais a planificação, implementação, monitorização e avaliação da GIRH ao nível local ocorre. As seguintes secções providenciam detalhes de cada um dos passos.

4.1 Avaliação de base





O que é e porque é necessário

A avaliação de base recolhe informação para estabelecer uma base compreensiva de conhecimento que esboça o estado actual de gestão da água da área local. Isto inclui não só o estado físico dos recursos hídricos e infra-estruturas de água locais mas também a legislação relevante, políticas existentes e actividades de gestão actuais. Também o estágio em que os actores são identificados para inclusão no processo de GIRH e no qual se estabelece uma percepção mais profunda das causas subjacentes dos problemas existentes.

A informação para a avaliação de base pode ser obtida de uma grande variedade de fontes e deve, em geral, focar as seguintes categorias:

- a situação dos recursos hídricos locais, incluindo a avaliação de elementos chave, tais como a quantidade e qualidade das fontes superficiais e subterrâneas, taxas de precipitação, procura média e de pico, assim como as condições das infra-estruturas de água;
- legislação sobre a água, tais como leis sobre a água e prática de licenciamento;
- actores chave, tais como indivíduos e representantes de grupos que serão convidados a participar no desenvolvimento do plano de acção de GIRH local; e
- actividades e instituições de gestão de água, tais como projectos concluídos e em curso, a existência e o papel de instituições, por exemplo, ao nível da bacia hidrográfica que produzem impacto sobre os recursos hídricos locais.

O papel do Governo Local

Ao realizar a avaliação de base, o Governo Local deve:

- identificar as fontes e contactos requeridos para juntar a informação necessária;
- supervisar, coordenar e, quando possível, participar na recolha de informação;
- providenciar facilidades e recursos para um sistema eficiente para armazenar informação e permitir o acesso do público em geral; e
- estabelecer uma lista de actores e uma plataforma a partir da qual eles podem participar.

Não é necessário o Governo Local realizar a avaliação de base de forma isolada. Várias organizações, tais como universidade, instituições de investigação e consultores privados podem assistir através de muitas tarefas, incluindo a recolha de dados e análise de informação.

Tarefas chave

Tarefas chave	Descrição
Compilação de uma lista de fontes de informação	Esboçar uma lista de instituições, organizações e quaisquer outras fontes que possam providenciar informação útil para realizar uma avaliação de base.
Recolha de informação secundária	Recolha de informação que já está disponível nos arquivos e bases de dados de todos os departamentos do Governo Local, assim como em instituições e organizações externas identificadas. Isto pode providenciar uma boa percepção da actual situação dos recursos hídricos tanto fisicamente, em termos de qualidade, quantidade e padrões, como legalmente, em relação a legislação e políticas
Recolha de informação primária	Recolha de informação através de, por exemplo, investigações para preencher lacunas de informação sobre as infra-estruturas locais e ambiente de água, e discussões com a comunidade local para realçar as preocupações existentes, tais como problemas de saúde, que poderão estar relacionados com os recursos hídricos locais.
Armazenagem de informação	Assegurar que a informação é documentada e armazenada de maneira apropriada e numa forma sistemática e estruturada. De forma ideal, isto deveria ser feito numa base de dados electrónica. Todavia, também é possível com um sistema de arquivo em papel bem organizado e mantido.
Providenciar o acesso a informação	Providenciar a outros departamentos do governo acesso fácil à informação compilada e, externamente, permitir que a sociedade civil beneficie da quantidade crescente de conhecimento.
Identificação dos actores	Identificação de actores numa primeira fase dos procedimentos em preparação do seu envolvimento no desenvolvimento de um plano de acção de GIRH.
Imprensa e trabalho de relações públicas	Anúncio da intenção de realizar uma avaliação de base com o objectivo de promover a consciencialização sobre as razões para a recolha de informação e encorajar as pessoas a estarem envolvidas.

Ferramentas e metodologias úteis

Ver as seguintes ferramentas na Secção 5:

- **A1** Lista de verificação de GIRH para o Governo Local
- **A2** Análise dos actores
- **A3** Análise da árvore de problemas
- **A4** Análise SWOT
- **A5** Índice de Pobreza Relacionada com a Água
- **A7** Comunicado de imprensa
- **A13** Ficha de trabalho para monitorização e avaliação participativa

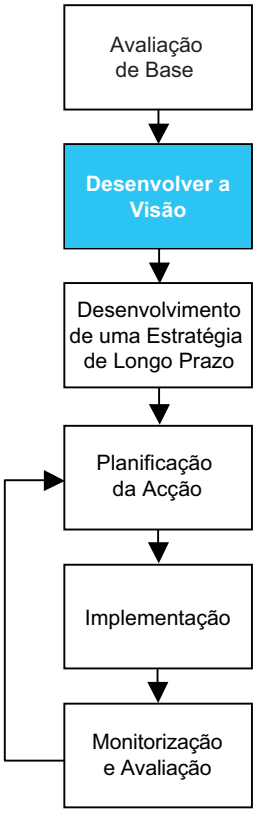
Factores de fracasso e sucesso

- **Ficou preso na recolha de dados** – Recolher um volume infinito de dados consome muito tempo e é muitas vezes desnecessário. A situação e tendências básicas muitas vezes tornam-se suficientemente claras sem a necessidade de atingir "cobertura de informação de 100%".
- **Encontrar resistência das fontes de informação** – A resistência ao fornecimento de informação pode vir de dentro ou fora da administração local e é típica quando as pessoas não têm conhecimento das razões por detrás da recolha de informação. Envolver activamente os "donos do conhecimento" no processo de GIRH pode ajudar a superar a resistência.
- **Informação de má qualidade** – A recolha de informação é vã se esta não for suficientemente precisa para ser usada. Todos os dados recolhidos devem ser validados e deve ser usada uma vasta gama de fontes quando se recolhe a informação.
- **Prevenir o acesso à informação recolhida** – Uma vez recolhida a informação, esta não deve ser "escondida". Todas as pessoas devem ter acesso, incluindo instituições de outros departamentos do governo, assim como o público em geral.
- **Utilizadores e peritos de água** – A comunidade local é uma fonte de informação valiosa e o seu conhecimento deve ser plenamente usado. Quando se trata de providenciar informação sobre recursos hídricos, os utilizadores de água são tão importantes como os especialistas ou consultores de água.

4.2 Desenvolvimento da visão

Visão da água 2030

- Abastecimento de água segura e fiável para todos
- Águas residuais reduzidas para metade
- Zonas de inundação retornam ao seu estado natural



O que é e quando é necessário

Uma visão é uma projecção de longo prazo daquilo que será a situação dos recursos hídricos locais em 20 a 30 anos. A visão providencia um objectivo geral daquilo que a estratégia do plano de acção de GIRH local irá pretender alcançar.

Mais especificamente, o desenvolvimento da visão é importante para:

- criar consenso com os actores sobre o futuro dos recursos hídricos locais;
- dar orientação ao processo de GIRH; e
- criar o sentimento de propriedade entre o público sobre o processo de GIRH.

O papel do Governo Local

Quando desenvolve uma visão, o Governo Local deve:

- assegurar que os actores identificados são parte do processo de desenvolvimento da visão;
- coordenar a organização de workshops nos quais a visão pode ser discutida e acordada com os actores relevantes; e
- contratar um facilitador independente para ajudar a garantir que os workshops são realizados de forma profissional, que todos os participantes têm igual oportunidade de contribuir e que o resultado final – a visão real – é um consenso que equilibra as diferentes necessidades e interesses dos utilizadores de água locais e outros actores.

Tarefas chave

Tarefas chave	Descrição
Organização de workshops	A organização de workshops deve ser da responsabilidade do Governo Local que deve assegurar que os actores previamente identificados sejam convidados. Um facilitador independente deve ser designado para realizar os workshops para demonstrar que todos os interesses irão receber a mesma atenção. Devem ser feitos esforços para criar uma atmosfera informal num ambiente claro e confortável. Devem ser providenciados materiais tais como blocos de notas e canetas. A designação de um funcionário de alto nível para abrir a primeira sessão pode ajudar a enfatizar a importância do processo de desenvolvimento da visão para os participantes.
Criar a visão	O facilitador do workshop deve recolher ideias dos participantes e estas deverão ser estruturadas, avaliadas e priorizadas de acordo com o tema. Nenhuma ideia é uma má ideia e os temas provavelmente serão vários. Pontos de conflito não devem ser evitados, mas sim discutidos e, se possível, resolvidos. No fim dos workshops, a visão acordada deve ser escrita num documento pequeno e bem escrito. Este será o documento de referência que deve ser mantido na mente enquanto o processo de planificação da acção de GIRH local se desenvolve. A unidade de coordenação da GIRH irá ter a responsabilidade de obter a aprovação da visão do conselho da cidade.
Imprensa e trabalho de relações públicas	A visão finalizada deve ser activamente disseminada na comunidade local. Isto pode ser feito através de bibliotecas, escolas e instituições públicas. Os meios de comunicação locais devem ser abordados com o objectivo de obter a cobertura da imprensa local e da rádio e televisão locais

Ferramentas e metodologias úteis

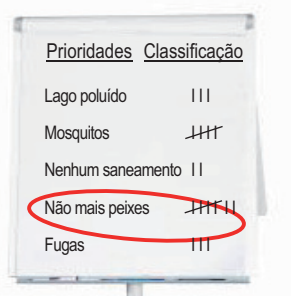
Ver as seguintes ferramentas na Secção 5:

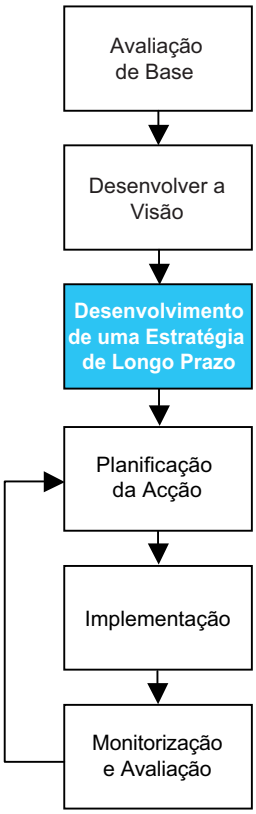
- **A6** Desenvolvimento da visão
- **A7** Comunicado de imprensa

Factores de fracasso e sucesso

- **Permitir os indivíduos dominar o exercício visionário** – O facilitador deve assegurar que todos os participantes têm a oportunidade de falar e que todos os pontos de vista são tratados da mesma forma. Um workshop bem facilitado e relaxado irá ajudar para que todos os participantes se sintam a vontade e dar confiança às pessoas para falar.
- **Interesses em conflito fazem parar o processo** – Conflitos entre os actores são possíveis de ocorrer e muitas vezes irão ser difíceis de resolver com ambas as partes a apresentarem reclamações ou pontos de vista válidos. É importante que estes não façam com que os actores se retirem do processo devido à recusa em trabalhar com outros membros do grupo. Por conseguinte, o facilitador deve assegurar que sejam realizados esforços para alcançar compromissos e estabelecer a confiança entre os actores.
- **Nem todos os grupos da sociedade estão representados** – Os representantes de todos os membros da sociedade devem participar no desenvolvimento da visão. Devem ser feitas provisões para assegurar que os grupos desfavorecidos, tais como os idosos, portadores de deficiência ou muito pobres, não sejam impedidos de participar. A igualdade de género também deve ser garantida.
- **Uma visão partilhada dá às pessoas um sentimento de vitória** – Embora possa ser difícil alcançar consenso, a criação de uma visão acordada, desenvolvida num ambiente de cooperação, irá produzir uma atmosfera optimista entre o grupo.
- **Aumentar o perfil da visão** – O envolvimento de um funcionário de alto nível, tal como o edil local, para a abertura ou encerramento dos workshops, sublinha a importância do exercício de desenvolvimento da visão entre os participantes e a comunidade local como um todo.
- **A visão torna-se um ponto de referência** – O consenso cria um ponto de referência que transcende as diferenças políticas e política eleitoral de curto prazo. Os resultados de acções futuras realizadas de acordo com o plano de acção de GIRH local podem ser avaliados usando a visão como referência.

4.3 Desenvolvimento da estratégia





O que é e porque é necessário

A estratégia de longo prazo junta questões e prioridades para a gestão local de recursos hídricos, conforme identificado na avaliação de base e exercício de desenvolvimento da visão. Aquelas são usadas para definir os objectivos estratégicos. A estratégia concluída providencia um quadro para planificar acções futuras, as quais podem ser escolhidas com o objectivo de alcançar os objectivos estratégicos e finalmente a visão geral de recursos hídricos.

Os objectivos são especificados através de metas e indicadores.

- **As metas** diferem dos objectivos por serem um cometimento específico mensurável. Definem em termos numéricos qual o nível de melhoramento que se deve atingir e até quando, com o objectivo de satisfazer o objectivo (por exemplo, fugas da tubagem reduzidas em 50% até ao fim do ano X para atingir o objectivo geral de menos perdas da rede de abastecimento de água). Várias metas podem estar relacionadas com o alcance de um objectivo.
- **Indicadores** providenciam a evidência em direcção às metas. Têm que ser mensuráveis e relevantes para atingir o objectivo, tal como usar o número de fugas reportadas para determinar se o progresso em direcção a redução de perdas na rede de abastecimento foi feito.

A estratégia pode também considerar acções para além do nível local imediato (ver "abordagem paralela" na Secção 2.2), tal como a colaboração com os Governos Locais vizinhos ou aqueles localizados mais adiante na bacia de captação. Mais ainda, pode definir se o Governo Local quer engajar-se em actividades da agência de bacia de captação mais próxima ou instituição similar para advogar pelos interesses da comunidade numa escala mais alargada.

O desenvolvimento da estratégia é necessário com o objectivo de:

- definir uma abordagem consistente para o plano de acção de GIRH local;
- ajudar a manter a direcção geral da políticas locais e impedir que essas políticas sejam afectadas por interesses políticos de curto prazo ou mudanças de representantes eleitos e funcionários;
- orientar e focar as acções e projectos a serem realizados como parte do plano de acção de GIRH; e
- identificar casos em que é necessário ir além das fronteiras administrativas do Governo Local para ganhar apoio e capacidades necessárias para atingir certos objectivos.

O papel do Governo Local

Quando se desenvolve uma estratégia de longo prazo, o Governo Local:

- supervisar o estabelecimento e coordenação de uma comissão directiva para desenvolve o esboço da estratégia;
- elaborar os "Termos de Referência" para a comissão directiva; e
- assumir a responsabilidade pela finalização da estratégia.

Tarefas chave

Tarefas Chave	Descrição
Coordenar o estabelecimento de uma comissão directiva	Funcionários seniores de departamentos relevantes do Governo Local (por exemplo, serviços de água, planificação do uso da terra, gestão de resíduos, etc.), deveriam ser designados para constituírem uma comissão directiva encarregue de desenvolver o esboços da estratégia. Depois deve decidir-se um processo para organizar reuniões e presidir a comissão. A comissão directiva deve acordar e assinar os "Termos de Referência" para as reuniões e desenvolvimento da estratégia, os quais devem estar claros desde o início para assegurar que o processo é transparente.
Desenvolvimento de objectivos	Os objectivos estratégicos são definidos usando os resultados da avaliação de base e dos exercícios de desenvolvimento da visão. Os objectivos formam a base da estratégia e é com o propósito de alcançá-los que os projectos do processo de planificação da GIRH são seleccionados e implementados.
Desenvolvimento de metas	Os objectivos precisam de ser traduzidos em metas mais específicas. As metas definem os cometimentos para atingir os objectivos dentro de um período de tempo acordado. As metas podem ser propostas pela comissão directiva e negociadas com os actores, os quais desempenham um papel chave em verificar se correspondem de forma consistente com os documentos de visão e estratégia.
Desenvolvimento de indicadores	Os indicadores permitem o progresso em direcção às metas a serem avaliadas. Devem ser desenvolvidos pela comissão directiva juntamente com as metas, visto que os dois estão estreitamente relacionados. Os indicadores devem ser mensuráveis de uma forma que providencie evidência clara de que está a ser feito progresso, por exemplo, através do uso de dados estatísticos, resultados de questionário, análise económica, etc.
Desenvolvimento de um esboço de estratégia pela comissão directiva do Governo Local	A comissão directiva é responsável por elaborar um esboço da estratégia. Isto deve incluir as questões e prioridades identificadas na avaliação de base e na visão, e como é que estas foram usadas para desenvolver objectivos, metas e indicadores para os recursos hídricos locais.

Consulta aos actores	O esboço da estratégia deve ser sujeito a um período de consulta aos actores previamente identificados. Deve-se organizar workshops ou outras actividades em que se pode apresentar comentários e sugestões e se pode alcançar consenso sobre o conteúdo da estratégia.
Finalização da estratégia e cometimento político confirmado	A comissão directiva deve incorporar na medida do possível as opiniões e sugestões resultantes do período de consulta e finalizar o que deve ser uma estratégia verdadeiramente integrada e representativa para a comunidade local. Para assegurar o cometimento político, o conselho local deve adoptar a estratégia como um documento vinculativo para a GIRH durante um período de tempo definido. A estratégia também deve ser reconhecida fora das fronteiras locais, por exemplo, pelas autoridades da bacia de captação, de modo que seja providenciado suporte ao longo do desenvolvimento do plano de acção de GIRH local. Alterações à estratégia somente podem ser feitas em consulta com os actores e com o acordo do conselho local.
Imprensa e trabalho de relações públicas	Uma vez finalizado o documento da estratégia, ele deve ser publicado e enviado a todos os actores chave de GIRH. Uma campanha de informação pública, incluindo o uso dos meios de comunicação locais, deve ocorrer para promover a consciencialização e cometimento para com a nova estratégia entre a comunidade local.

Ferramentas e metodologias úteis

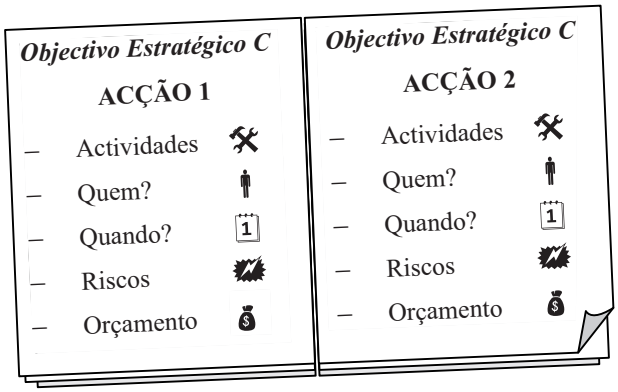
Ver as seguintes ferramentas na Secção 5:

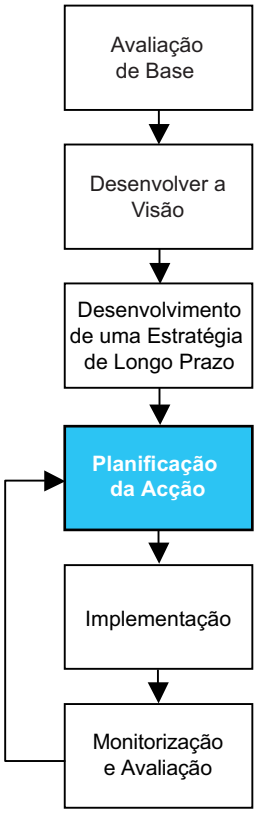
- **A5** Índice de Pobreza Relacionado com a Água
- **A7** Comunicado de Imprensa
- **A8** Desenvolvimento do Cenário

Factores de fracasso e sucesso

- **Colegas não cooperativos** – A fraca comunicação dentro do Governo Local pode significar que os funcionários chave nos departamentos relevantes não têm vontade de despender tempo valioso para participar numa comissão directiva para um processo de GIRH sobre o qual têm pouco conhecimento. Se eles devem ser convencidos da necessidade de se comprometerem com o processo, cada departamento deve estar informado sobre a importância da GIRH e como é que esta está ligada à sua área de interesse.
- **Falta de apoio político** – Sem o apoio político de níveis mais altos, as estratégias não passam de planos bem intencionados que provavelmente nunca se irão tornar realidade. O suporte financeiro e o conhecimento técnico são exemplos do tipo de apoio de externo que será necessária para transformar uma estratégia de papel em acção. Por conseguinte, o apoio político de longo prazo é essencial.
- **Consciencialização** – Aumentar o perfil público de uma estratégia de longo prazo irá ajudar a sociedade a perceber as questões em jogo e as razões das mudanças propostas. Tal consciencialização pode mudar o comportamento e aumenta a possibilidade de que a sociedade irá aceitar e apoiar a estratégia.

4.4 Elaboração de um plano de acção





O que é porque é necessário

Um plano de acção contém os projectos e medidas (designadas acções) escolhidas para atingir os objectivos e metas estabelecidas na estratégia de longo prazo. Estas podem variar de programas de educação com o objectivo de sublinhar a importância do saneamento para projectos de engenharia específicos, tais como a construção de canais de drenagem melhorados.

As acções identificadas para inclusão no plano devem ser cuidadosamente consideradas, não só para assegurar que são efectivamente apropriadas para atingir as metas e objectivos estratégicos mas também para determinar se a implementação é viável num período de tempo realístico e com os recursos financeiros disponíveis. Também devem ser avaliados os obstáculos e riscos potenciais da implementação de uma acção, quando se decide se é ou não importante implementar.

O desenvolvimento de um plano de acção para a GIRH é:

- iniciar medidas práticas para mudar o status quo;
- assegurar que todas as acções sejam coerentes a apropriadas para realizar os objectivos estabelecidos na estratégia; e
- tornar transparente o papel dos actores durante a implementação.

O papel do Governo Local

Quando desenvolve um plano de acção o Governo Local deve:

- agir como coordenador geral;
- assegurar que os actores relevantes se envolvam no processo de forma suficiente;
- assumir a responsabilidade de conclusão; e
- aceitar a responsabilidade do conteúdo do plano de acção.

Tarefas chave

Tarefas chave	Descrição
Recolha e selecção de ideias para projectos	Podem ser realizados workshops para recolher ideias sobre com as metas serão atingidas. Os critérios para projectos apropriados devem ser acordados e vários projectos sugeridos devem ser seleccionados. Estes devem ser verificados em relação aos princípios de GIRH e à estratégia do plano de acção da GIRH local. Se necessário, devem ser consideradas formas sobre como os projectos propostos podem ser adoptados para melhor satisfazer as necessidades locais.
Planificação orçamental	Uma planificação realística e de longo prazo das finanças é crucial para a implementação de um plano de acção. Uma abordagem profissional e transparente da planificação orçamental irá ajudar a convencer os investidores, bancos de desenvolvimento e doadores nacionais e internacionais para disponibilizarem recursos financeiros.
Estabelecimento de parcerias e agregação de recursos locais	Os constrangimentos orçamentais podem ser superados através de parcerias. Potenciais parceiros podem ser, por exemplo, empresas, universidades e ONG's. Estes podem ser encorajados a contribuir de acordo com as suas capacidades através da criação de situações "win-win" (por exemplo, proteger a diversidade aumenta o turismo).
Desenvolvimento do plano de acção	Os membros da comissão directiva devem reunir-se e juntar a visão, estratégia, metas, indicadores e projectos pré-seleccionados, os quais são usados para criar um esboço do plano de acção. Alguns projectos devem ser identificados para serem implementados mais cedo ou mais tarde, em função das prioridades. Quando concluído, este plano de acção deve ser distribuído aos actores para comentários finais – uma vez recebida a retro-informação, o plano de acção pode ser finalizado.
Imprensa e trabalho de relações públicas	Como em relação à visão e estratégia, a comunidade deve tomar conhecimento de que foi produzido um plano de acção. Isto é de importância particular, visto que o plano de acção irá incluir metas que provavelmente irão produzir impacto sobre a vida da população local. Pode ser usada uma estratégia de comunicação para promover a consciencialização sobre os benefícios positivos para a comunidade, assim como explicar que há contrapartidas necessárias, tais como a introdução de preços da água, que não irão agradar a todos. Isto irá ajudar a reforçar ainda mais o sentimento de propriedade do plano e encorajar a participação do público na implementação de projectos. Para promover o perfil do plano final, pode ser arranjado um evento de lançamento envolvendo os meios de comunicação local para assegurar um arranque dinâmico. A publicação do documento de uma forma profissional e em linguagem simples encoraja os cidadãos a ter interesse. A distribuição também deve ser alargada de modo a atingir uma grande audiência tanto quanto possível.

Ferramentas e metodologias úteis

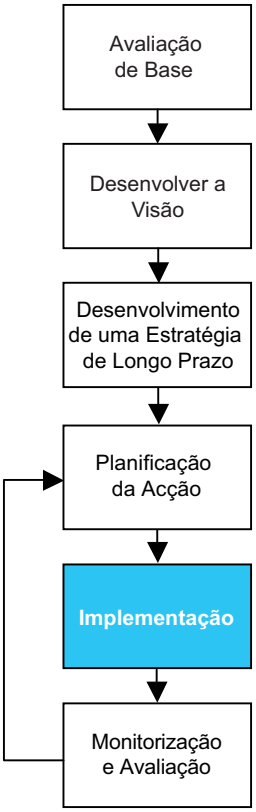
Ver as seguintes ferramentas na Secção:

- **A7** Comunicado de imprensa
- **A9** Avaliação Rural Participativa (ARP)
- **A10** Quadro Lógico
- **A11** Modelo de estrutura de um plano de acção
- **A12** Nota conceptual – ou resumo, da proposta ("concept note for proposal", no original em Inglês)

Factores de fracasso e sucesso

- **O plano não foi adoptado pelo concelho local** – A falha em obter apoio político pode ser devida a muitas razões, tais como planificação orçamental não realística, a não consideração dos acordos com os actores ou falta de envolvimento dos políticos locais durante o processo. O momentum do processo do plano de acção pode ser gravemente afectado, se não for completamente interrompido por esses factores, resultando em desapontamento e perca de motivação.
- **Levantar falsas expectativas** – A publicação do plano de acção irá levantar expectativas de melhoramentos reais. Isto significa que todos os projectos devem ser avaliados de forma apropriada antes de serem anunciados. Propor projectos não viáveis sem financiamento claro irá prejudicar seriamente a credibilidade do plano de acção como um todo.
- **O plano de acção pode criar confiança no processo e motivar o envolvimento na implementação** – A população local irá ver que a prévia avaliação de problemas, o desenvolvimento da visão e estratégia se transforma em planos práticos. Isto pode encorajar mais pessoas a participar na implementação.

4.5 Implementação



O que é e porque é necessário

A implementação significa simplesmente realizar os projectos identificados no plano de acção. As expectativas entre os actores e o público em geral provavelmente serão altas depois da abordagem participativa ao desenvolvimento dos estágios precedentes do processo de planificação. Portanto, é importante que essas acções sejam visíveis e demonstrem resultados tangíveis antes de criar confiança no processo.

A implementação é necessária para:

- pôr em funcionamento o plano de acção; e
- conseguir mudanças e melhoramentos tangíveis.

O papel do Governo Local

Quando implementa um plano de acção, o Governo Local deve:

- assumir um papel de coordenação para assegurar que o processo de implementação se desenvolva conforme acordado e os prazos sejam cumpridos;
- providenciar apoio quando necessário para permitir a implementação de projectos com sucesso;
- gerir o orçamento e financiamento;
- assegurar que sejam estabelecidas as parcerias necessárias para implementação; e
- realizar a implementação de projectos quando necessário.

Tarefas chave

Tarefas chave	Descrição
Coordenação	Os diferentes projectos do plano de acção precisam de ser eficazmente coordenados. A coordenação central través de um ponto na administração pode assistir a implementação do projecto e providenciar um canal através do qual o progresso é reportado para o Conselho.
Desenvolvimento de planos de trabalhos	Os projectos devem ser cuidadosamente planificados, incluindo a divisão do trabalho em pequenas unidades, alocação de responsabilidades, períodos tempo para todos os passos e seus resultados, equipamento e materiais necessários, etc.
Gestão de projectos	Cada projecto deve ter um gerente que é responsável pela implementação e reporta ao coordenador geral.
Gestão de equipas	Um gestor de projecto precisa de ter uma boa percepção das capacidades da equipa do projecto e deve arranjar treinamento específico, caso seja necessário. Este é especialmente o caso em que se deve implementar procedimentos ou tecnologias inovadoras.
Trabalho de imprensa e relações púbicas	O público deve ser informado acerca dos sucessos, mas também dever ser informados acerca de coisas que não funcionam como esperado. Uma abordagem transparente da apresentação de resultados irá aumentar a credibilidade do Governo Local e da estratégia como um todo.

Ferramentas e metodologias úteis

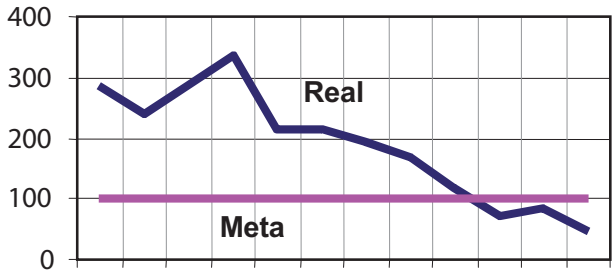
Ver a ferramenta na Secção 5:

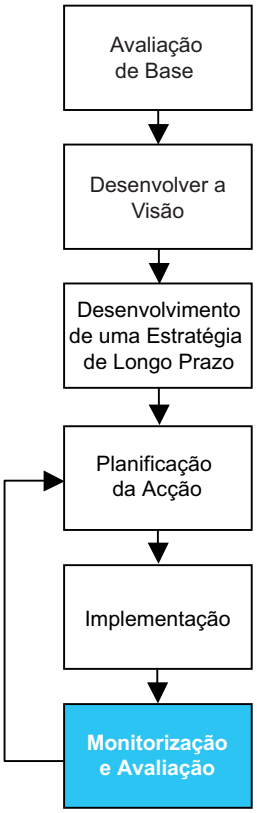
- **A7** Comunicado de imprensa

Factores de fracasso e sucesso

- **Corrupção** – A evidência de práticas corruptas irá minar o processo todo e desperdiçar recursos preciosos. É essencial um processo transparente e bem auditado.
- **Orçamentos não realísticos** – Um má planificação financeira causar constrangimentos orçamentais durante as operações. Um plano de contingência deverá sempre estar preparado de modo que os projectos chave não sejam ameaçados, se isso ocorrer.
- **Tornar-se num modelo** – Histórias e experiência com sucesso podem ser partilhadas com especialistas de outras cidades e vilas, especialmente da mesma bacia hidrográfica. Os benefícios locais, assim como as vantagens que possam ser obtidas em qualquer lugar na bacia de captação, devem ser sublinhados para encorajar os outros a adoptarem abordagens similares, que por sua vez podem melhorar a gestão de recursos hídricos da área local.
- **Manter a propriedade** – Ao continuar a assumir a responsabilidade pela estratégia, o Governo Local pode optimizar o seu potencial e manter a participação de uma forma positiva.

4.6 Monitorização e avaliação





O que é e porque é necessário

A monitorização é necessária para determinar se sim ou não os projectos implementados estão a atingir as suas metas previstas. A monitorização pode ser feita de várias formas, por exemplo, através da mediação de vários dados, recolha de informação específica da comunidade local e comparações feitas em condições existentes antes da implementação da acção. A monitorização deve ocorrer numa base regular e estar de acordo com as escalas de tempo estabelecidas no plano de acção.

Os resultados da monitorização devem ser avaliados, com a participação dos actores, através de análise e interpretação usando dados da avaliação de base como ponto de referência quando apropriado.

A monitorização e avaliação da implementação da acção são necessárias para:

- assegurar que os objectivos e metas acordadas estão a ser alcançadas;
- identificar as falhas;
- decidir sobre a revisão do curso da acção, se as medidas não forem eficazes; e
- manter a responsabilidade.

O papel do Governo Local

Como parte do estágio de monitorização e avaliação, o Governo Local deve:

- realizar as actividades de monitorização e avaliação, quando apropriado;
- coordenar as actividades de monitorização para assegurar para garantir que as responsabilidades para recolher informação estejam claramente descritas;
- usar os resultados avaliados para reportar o progresso (e falhas), tanto internamente, para níveis superiores da administração e do Conselho, como externamente para patrocinadores, actores e para o público; e
- assumir a responsabilidade de propor e implementar as mudanças necessárias para o plano de acção e processo de implementação.

Tarefas chave

Tarefas chave	Descrição
Estabelecer mecanismos	Deve ser estabelecido um sistema de monitorização e avaliação. Este deve identifi car a atribuição de responsabilidade a departamentos e indivíduos específi cos, as formas e os meios de recolha e armazenagem de dados, intervalos de avaliação e relatórios, e regras para comunicação interna e externa.
Realizar actividades de monitorização	Os dados e informações devem ser recolhidos de uma forma sistemática, com particular referência a indicadores e metas especificadas no plano de acção.
Avaliação das constatações	Os dados devem ser avaliados em relação a indicadores e metas especificadas no plano de acção. A análise deve, se necessário, especificar medidas correctivas – e se possível novas – para melhorar o desempenho e é idealmente realizada com o envolvimento dos beneficiários destinatários. A abordagem deve ser flexível – se for estiver claro que as coisas estão a ir mal, devem ser feitos ajustamentos atempados para evitar o desperdício de recursos.
Tomar decisões sobre acções correctivas	Propor mudanças e acções correctivas ao Conselho para adopção formal e financiamento.
Elaboração de Relatórios	Os resultados da avaliação devem ser reportados e apresentados ao Conselho e comissão directiva dos actores. Os sucessos devem ser realçados e as áreas em que as metas não forma cumpridas devem ser explicadas.
Trabalho de imprensa e relações públicas	Os resultados da avaliação devem ser anunciados ao público em geral para mantê-lo informado acerca do progresso. Isto pode ser feito através da emissão de relatórios de imprensa, uso de eventos especiais para lançar relatórios, apresentação de prémios de boas práticas e outros cometimentos para promover o perfil dos projectos concluídos.

Ferramentas e metodologias

Ver as seguintes ferramentas na Secção 5:

- **A5** Índice da Pobreza relacionada com a Água
- **A12** Modelo para uma nota conceptual para uma proposta
- **A13** Ficha de trabalho para monitorização e avaliação participativa

Factores de fracasso e sucesso

- **Problemas "escondidos"** – As pessoas responsáveis pela implementação de certos projectos pode não querer que a administração ou o pública saibam das falhas ou erros por causa de medo de acções disciplinares. A avaliaçao deveria ser conduzida de uma maneira equilibrada e construtiva.
- **Falta de transparência** – Os problemas constatados devem ser discutidos de forma aberta para permitir que as pessoas saibam quais as mudanças necessárias para fazer melhoramentos, ao passo que a falta de transparência exclui o público em geral e cria espaço para práticas corruptas.
- **Envolver os beneficiários na avaliação** – Isto aumenta a fiabilidade da avaliação e providencia a oportunidade para receber retro-informação (feedback) e ideias úteis para acções correctivas.
- **Flexibilidades** – As actividades devem parar ou adaptadas quando a avaliação torna claro que não estão a contribuir para os melhoramentos pretendidos.
- **Premiar o cometimento** – A participação do público deve ser reconhecida e devem ser oferecidos incentivos para o cometimento. Concursos para crianças são um exemplo de fazer isso. As pessoas devem ter um sentimento de satisfação quando trabalham e contribuem para o melhoramento da vida da comunidade.

5. Ferramentas e metodologias

Existe um grande número de ferramentas e metodologias que podem ajudar a desenvolver e implementar um processo de GIRH local compreensivo. Os resumos daquelas listadas abaixo apresentam-se a seguir nesta secção.

- **A1** Lista de verificação de GIRH para o Governo Local
- **A2** Análise dos Actores
- **A3** Análise da árvore de problemas
- **A4** Análise SWOT
- **A5** Índice de Pobreza relacionada com a Pobreza
- **A6** Desenvolvimento da Visão
- **A7** Comunicado de Imprensa
- **A8** Criação do Cenário
- **A9** Avaliação Rural Participativa (ARP)
- **A10** Quadro Lógico
- **A11** Modelo para a estrutura de um plano de acção
- **A12** Modelo para uma nota conceptual para proposta
- **A13** Ficha de trabalho para monitorização e avaliação participativa

As próprias ferramentas reais, e documentos adicionais de orientação sobre áreas chave de gestão de água, são providenciadas no anexo da versão em Inglês deste documento. Este pode ser encontrado no CD-ROM que contêm todas as partes do conjunto de materiais "O Governo Local e a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)", assim como no website do LoGo Water:

www.iclei-europe.org/logowater

5.1 Ferramenta A1: Lista de verificação de GIRH para o Governo Local

O QUÊ

A lista de verificação de GIRH é um modelo através do qual se avalia a posição actual do Governo Local na gestão de recursos hídricos, os quadros legislativos e institucionais que estão em vigor, e os instrumentos de gestão e capacidade institucional disponíveis ao nível local. Embora se providencie um conjunto principal de questões, durante o seu uso mais questões podem surgir, as quais precisam de ser examinadas ou esclarecidas. Estas questões podem ser facilmente incorporadas na lista apresentada.

A ferramenta consiste de duas partes. A Parte 1 é uma secção de resumo na qual questões sim/não são respondidas. A Parte 2 contém questões que requerem que o utilizador apresente respostas mais detalhadas.

PORQUÊ e QUANDO

A lista de verificação de GIRH foi desenhada para recolher informação que pode ser usada para obter um panorama compreensivo da actual situação da gestão de recursos hídricos ao nível local e como é que isto é influenciado pela política, legislação e suporte existentes de níveis de governo mais altos.

A lista de verificação de GIRH é melhor usada como parte da avaliação de base. O processo real de preenchê-la pode ajudar o Governo Local a tomar conhecimento de falhas na sua percepção das condições dos quadros, capacidades institucionais instrumentos de gestão em vigor ao nível local. Em alguns casos, diferentes pessoas que trabalham com ela também podem responder certas questões de forma conflituosa, de modo que mais questões surgem e é necessário investigação adicional será necessária para consolidar toda a informação de uma forma apropriada. Ao fazer isto, a Lista de Verificação de GIRH ajuda a criar uma percepção completa de partilhada em conjunto das condições do quadro legal e do status quo das políticas e actividades de gestão de recursos hídricos.

COMO

A ferramenta é uma lista que os usuários respondem preenchendo as caixas ou escrevendo frases curtas. Então, deverá ser feita uma análise das respostas e compilado um resumo sublinhando os assuntos chave que surgiram durante a discussão das questões.

QUEM

A ferramenta tem como destinatários os Governos Locais, embora, o envolvimento de outros actores – por exemplo, representantes da Agências de Gestão das Bacias de Captação para providenciarem “inputs” para questões jurídicas e de políticas – possa provar-se ser valioso. As pessoas responsáveis devem ter acesso a uma vasta gama de informação relacionada com os papéis e responsabilidades dos actores locais na gestão de recursos hídricos, assim como, os quadros com os quais precisam operar e os instrumentos de gestão e capacidade disponíveis para assistí-los. Num Governo Local, pode ser a equipa da unidade de coordenação ou a comissão directiva para o processo de planificação da GIRH que assume a responsabilidade pela lista de verificação, visto que será necessário obter informação de vários departamentos.

5.2 Ferramenta A2: Análise dos actores

PORQUÊ

A análise dos actores varia de primeiro mapeamento simples sobre quem são os actores para análises mais profundas sobre os tipos de relações entre os actores. Ocorre num ambiente de workshop usando diferentes tipos de matrizes e diagramas nos quais os actores são identificados e a sua importância e influência estabelecida.

PORQUÊ e QUANDO

A GIRH, por definição, requer o envolvimento de todos os actores relevantes. Com o objectivo de envolvê-los, é necessário saber quem são eles e qual é o seu interesse na gestão da água.

A análise dos actores precisa de ser feita como uma das principais actividades do processo de GIRH. O exercício pode ser repetido, expandido e aprofundado enquanto o processo se desenrola e novos actores se juntam.

COMO

A análise, na sua forma mais simples, é feita num ambiente de workshop ou reunião que já envolve alguns actores. Durante o workshop, os participantes são solicitados a listar todos os actores relevantes sobre os quais possam pensar e seus possíveis interesses.

No segundo passo, define-se a relativa importância e influência dos diferentes actores. Depois disto, pode ser feita a primeira análise básica e mais análises detalhadas sobre as relações entre os actores em workshops subsequentes, quando todos os actores estão presentes.

QUEM

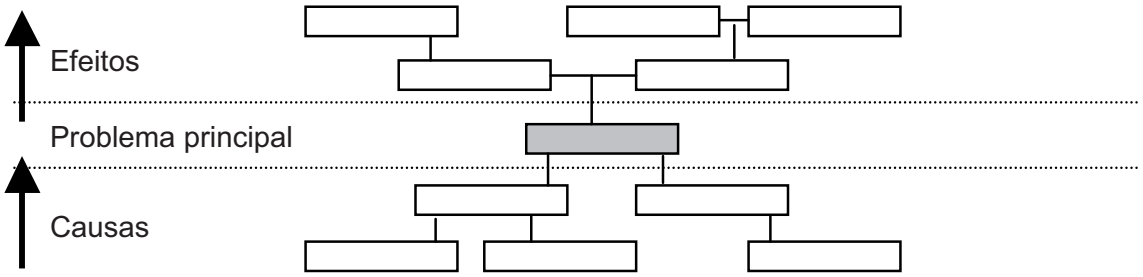
Idealmente, os workshops são facilitados por uma pessoa com prévia experiência em análise de actores, especialmente quando se entra em análises mais detalhadas.

Existem várias séries de análise dos actores, com várias pessoas envolvidas. O primeiro estágio de identificação de actores envolve o próprio governo local e possivelmente outros que estão a liderar o processo de GIRH. Então, workshops subsequentes, nos quais se realiza uma análise completa, envolvem todos os actores identificados, os quais provavelmente aumentam enquanto o processo se desenvolve.

5.3 Ferramenta A3: Análise da árvore de problemas

O QUÊ

Uma árvore de problemas é uma visualização as principais causas dos problemas subjacentes e os seus efeitos. Quando completa, a árvore de problemas contém o(s) problema(s) como o foco principal com as causas identificadas listadas em baixo e os efeitos listados em cima.



PORQUÊ E QUANDO

As questões de recursos hídricos são altamente complexas por natureza e muitas vezes são o resultado de uma série de factores estreitamente ligados, dentro e fora do domínio directo da gestão de água. A análise da árvore de problemas procura separar as causas imediatas das causas principais, assim como dos seus efeitos, tornando a cadeia de causas e efeitos mais transparente. Ao se fazer isso, isto pode ajudar a identificar áreas em que seja necessário colectar mais informação para melhorar perceber as causas e efeitos de alguns dos problemas.

Idealmente, a análise da árvore de problemas é feita no início de um processo que aborda assuntos de gestão de recursos hídricos, visto que é uma ferramenta que define com mais detalhe o problema.

COMO

A análise da árvore de problemas é realizada num ambiente de workshop de actores. Os participantes participam em sessões de brainstorming nas quais todos os problemas relacionados com água na área são identificados. A partir desta recolha, os problemas principais são separados das causas e efeitos. Então, adicionando-se as causas e efeitos dos problemas principais numa sequência lógica horizontal e vertical, desenvolve-se a árvore de problemas.

Com grupos grandes, o desenvolvimento da árvore de problemas pode ser realizado em estágios, isto é, primeiro em sessões separadas com diferentes grupos, e depois numa sessão plenária com todos os actores. Idealmente, o exercício é facilitado por facilitador especialista, sem interesse directo no assunto em questão.

QUEM

Diferentes podem ter percepções diferentes sobre a mesma situação da água, ou ver diferentes ângulos do mesmo problema. Idealmente, a árvore de problemas é desenvolvida com subsídios de todos os actores primários identificados, incluindo representantes do Governo Local.

5.4 Ferramenta A4: Análise SWOT

O QUÊ

SWOT significa Pontos Fortes – Pontos Fracos – Oportunidades – Ameaças (*Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats*, em Inglês no original). A análise SWOT foi desenvolvida originalmente como ferramenta de planificação para empresas quando idealizam novas estratégias de marketing, quando consideram a introdução de novos produtos e quando começam nos empreendimentos de negócios. Todavia, actualmente é usada para vários propósitos de planificação em muitas áreas diferentes, incluindo o sector público.

A análise SWOT baseia-se numa matriz simples com duas colunas e duas filas que ligam os pontos fortes e fracos internos com as ameaças e oportunidades externas.

PORQUÊ e QUANDO

A análise SWOT ajuda a identificar os factores externos e internos que se espera que facilitem ou dificultem o alcance dos objectivos futuros. Esta análise pode ser adaptada para se ajustar a uma grande variedade de propósitos. No caso de os Governos Locais engajados na GIRH, é particularmente importante antes dos primeiros passos do processo de GIRH. Aqui, elas pode ajudar a aumentar a percepção da prontidão e capacidade da própria instituição para gerir um processo de GIRH e identificar as necessidades potencias que irão ajudar a preparação.

A análise SWOT também pode ajudar a investir em recursos humanos e financeiros de uma forma mais objectiva.

COMO

A matriz é preenchida e avaliada num processo de grupos facilitados. A Lista de Verificação (ver Ferramenta A1) previamente preenchida pode estimular as discussões.

QUEM

Em função do propósito escolhido da análise, um grupo de pessoas de diferentes departamentos do Governo Local deve-se juntar. Os indivíduos convidados devem ter trabalhado no Governo Local por um período de tempo mínimo, devem ter um conhecimento profundo das questões a serem analisadas, devem ter espírito aberto, ser criativos e capazes de pensar em termos estratégicos. Quanto mais diferentes forem os participantes melhor, visto que isto irá ajudar a recolher muitas perspectivas diferentes quanto possível. O pessoal sénior e júnior deve ser encorajado a participar de modo a misturar a experiência com ideias novas.

Se análise explora uma questão para além das fronteiras institucionais do Governo Local, deve ser convidado um grande grupo de indivíduos bem informados de um grande espectro de conhecimentos. Porém, por causa do formato de workshop do evento, o número não deverá idealmente exceder 25 a 30 pessoas.

5.5 Ferramenta A5: O Índice de Pobreza Relacionada com a Água

O QUÊ

O Índice de Pobreza Relacionada com a Água (WPI, sigla em Inglês) é um índice composto, calculado idealmente na base de dados existentes. Vai para além das abordagens padrão para a avaliação de recursos hídricos hidrológicos, abordando a questão numa perspectiva holística e integrada. O WPI é composto pelas seguintes 5 componentes chave:

- **Recursos** – quanta água tempos?
- **Acesso** – quem tem acesso a isto para fins domésticos e outros fins?
- **Capacidade** – qual é o potencial para a água ser bem gerida?
- **Uso** – a água é usada para quê, onde é que está o maior retorno económico do uso da água?
- **Ambiente** – qual é o impacto ambiental das decisões sobre a gestão da água?

PORQUÊ e QUANDO

O WPI providencia uma base sólida e consistente para a avaliação dos recursos hídricos analisando como é que são usados, a pressão que sofrem e onde é que a atenção é mais necessária para provisão melhorada de água. Isto pode ser particularmente importante no contexto de GIRH, visto que é possível aplicar a ferramenta em vários locais na bacia com o objectivo de comparar diferentes níveis de necessidades que possam existir em diferentes lugares.

No plano de acção de GIRH, o WPI é particularmente recomendado quando se analisa a actual provisão e uso de água durante a avaliação de base, embora também possa ser aplicado para fins de monitorização e avaliação conforme o plano progride.

Também, o WPI pode ajudar a identificar ligações entre como a água é usada e como pode beneficiar as pessoas, sublinhar dificuldades particulares e definir o impacto de projectos. Os resultados são também úteis para chamar atenção para questões da área local, com objectivo de fazer lobby para a atenção política.

COMO

Ao combinar indicadores de cinco componentes chave, providencia-se uma medida das ligações entre a água e o bem estar social, e a eficácia das acções de gestão da água. É uma metodologia relativamente simples que pode ser aplicada a várias escalas espaciais. Não é necessário software especializado e pode-se basear nos dados existentes ou em dados recolhidos através de inquéritos. Os resultados podem ser mostrados de várias formas, tornando fácil perceber para uma vasta gama de actores.

QUEM

OWPI precisa de equipa especializada de, por exemplo, gestores e planificadores de água no Governo Local que são responsáveis por recolher a informação requerida e fazer cálculos disso de acordo com um conjunto de fórmulas estabelecido. Para a recolha de informação, será também necessário consultar os actores da comunidade.

5.6 Ferramenta A6: Desenvolvimento da Visão

O QUÊ

Na área de gestão de recursos hídricos, desenvolver a visão refere-se ao desenvolvimento de uma imagem futura desejável do estado dos recursos hídricos, acesso do público a estes recursos e o papel da água na sociedade, cultura e desenvolvimento económico.

Um processo de desenvolvimento da visão é um exercício em grupo moderado com o objectivo de alcançar consenso sobre tal visão.

PORQUÊ e QUANDO

A visão providencia a direcção e quadro de orientação gerais de longo prazo para a planificação, implementação, monitorização e avaliação gerais. Uma visão acordada em conjunto pode alargar o sentimento de propriedade do processo de GIRH previsto e deve ser usada como mensagem chave para o público em geral, aumentando deste modo a consciencialização e prontidão para o engajamento e contribuição dos recursos.

Um processo de desenvolvimento da visão deve ocorrer imediatamente depois da revisão de base. Pode-se argumentar que isso pode ainda ser o primeiro passo de um ciclo de gestão , isto é, deve ser organizado antes da revisão de base. Isto terá que ser decidido localmente. Em qualquer dos casos, um pré-requisito indispensável é a conclusão da análise dos actores.

COMO

O desenvolvimento da visão é geralmente realizado num ambiente de workshop durante um ou dois dias. É aconselhável escolher o local com cuidado de modo que possa ser estabelecida uma atmosfera relaxada e criativa.

QUEM

Recomenda-se veementemente que seja contratado um facilitador externo para liderar o exercício. Isto é crucial, visto que representantes do Governo Local são eles próprios participantes “regulares”. Como uma “parte interessada”, seriam parciais ao dirigir as discussões e inclinados a conduzir o processo para uma direcção que melhor corresponde as suas próprias aspirações.

Um facilitador é também necessário para assegurar que o resultado esperado – o consenso sobre uma visão – será com efeito alcançado, todos os participantes obtenham espaço igual para falar e que quaisquer conflitos que surjam sejam tratados de uma forma profissional.

5.7 Ferramenta A7: Comunicados de imprensa

O QUÊ

Um comunicado de imprensa é um pequeno artigo sobre um facto que merece notícia e que é circulado por vários meios de comunicação.

É diferente de um artigo de imprensa "regular" porque dá enfoque sobre, por exemplo, uma declaração política emitida nesse dia, ou sobre um evento que está para começar, está actualmente em curso ou já terminou.

PORQUÊ e QUANDO

Um comunicado de imprensa é emitido para chamar a atenção dos meios de comunicação sobre uma assunto "quente" e assim aumentar a cobertura dos meios de comunicação. Isto pode ajudar a aumentar a consciencialização sobre um assunto, promover o debate público e aumentar o interesse de se estar envolvido em actividades relacionadas.

Os comunicados de imprensa podem servir vários propósitos diferentes durante um processo de planificação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Um dos primeiros propósitos do Governo Local é geralmente anunciar o seu cometimento oficial para embarcar em tal processo. Durante o processo, pode ser a realização de acções importantes que originam "notícias de última hora". No fim do ciclo de planificação e implementação, um comunicado de imprensa é útil para realçar histórias com sucesso e anunciar a publicação de um documento final tal como um relatório sobre a água.

COMO

A pessoa responsável muitas vezes elabora um texto do comunicado de imprensa antes da realização de uma reunião, lançamento de uma publicação ou outra ocorrência. Isto assegura que o comunicado está pronto para ser submetido aos meios de comunicação logo que o evento começa.

Em função da questão coberta, um comunicado de imprensa pode provocar reacções fortes por parte das pessoas interessadas. Por conseguinte, é crucial coordenar o seu conteúdo e o âmbito de circulação, e direccionar os meios de comunicação para decisores de alto nível do Governo Local (target media with the relevant high-level decision-makers in Local Government), particularmente se contém declarações politicamente sensíveis emitidas em nome do Governo Local.

Com o objectivo de assegurar que o comunicado de imprensa atinge a audiência alvo correcta, é importante que o Governo Local tenha uma boa visão global do "mundo da comunicação global" e das oportunidades para cobertura local, nacional e possivelmente internacional. Uma boa recolha de informação sobre canais chave dos meios de comunicação, assim como as relações pessoais com jornalistas pode ajudar a divulgar mensagens de forma rápida e eficaz.

QUEM

As autoridades locais maiores geralmente têm um departamento separado de relações públicas. Em autoridades menores, pode ser, por exemplo, o secretariado do gabinete do Edil que é responsável por emitir comunicados de imprensa. Em qualquer dos casos, será necessário um escritor com excelentes habilidades de comunicação.

5.8 Ferramenta A8: Criação do Cenário

O QUÊ

Os cenários são descrições consistentes de desenvolvimentos futuros plausíveis, embora não sejam previsões detalhadas.

A criação do cenário é o passo no ciclo de gestão da identificação e elaboração de diferentes cenários. É uma metodologia que permite uma gestão flexível de recursos hídricos através de:

- percepção sobre como factores externos podem afectar a gestão da água no futuro; e
- provisão de uma base a partir da qual se identificam estratégias para lidar com estes factores com o objectivo de alcançar a visão previamente acordada.

PORQUÊ e QUANDO

As estratégias de gestão da água precisam de ser desenhadas para lidar com uma vasta gama de incertezas futuras. Estas podem estar directamente relacionadas com as variações do ciclo hidrológico ou ser o resultado de factores fora do domínio da água, tais como mudanças demográficas ou desenvolvimentos macroeconómicos. A criação do cenário permite que as incertezas possam ser consideradas na planificação através do desenvolvimento de estratégias que podem responder às diferentes formas em que o futuro se pode desenrolar.

Acima de tudo é usada na fase de desenvolvimento de estratégias do ciclo de gestão, após os actores terem desenvolvido uma visão comum. O desenvolvimento do cenário pode também recorrer à informação compilada durante a avaliação de base no início do ciclo, embora também sejam necessários mais "inputs" de outras fontes.

COMO

A criação do cenário é melhor feita num ou mais workshops com facilitação com o envolvimento de actores. Nestes workshops realizam o "brainstorm" sobre possíveis desenvolvimentos e tendências futuras que possam ter impacto sobre o alcance da visão sobre a água. Depois dos workshops, é acrescentada mais informação (quantitativa). Os cenários concluídos são a base para a criação de estratégias alternativas para a gestão de recursos hídricos que sejam apropriadas para lidar com diferentes desenvolvimentos futuros. A criação do cenário pode ser acompanhada por outras ferramentas tal como a modelação.

QUEM

A construção do cenário precisa de ser realizada com diferentes actores relevantes em torno relação a certas questões sobre a água. Peritos adicionais de, por exemplo, universidades devem ser convidados para contribuir com conhecimentos científicos. Muitas vezes, o Governo Local irá participar em tal exercício e não o facilitador. Desta forma, pode dedicar plenamente a sua atenção aos pressupostos relacionados com o seu próprio futuro na gestão de recursos hídricos e com o esperado desenvolvimento de longo prazo das suas próprias capacidades e recursos hídricos. Contudo, os Governos Locais provavelmente irão desempenhar um papel mais activo nas seguintes estratégias de criação.

5.9 Ferramenta A9: Avaliação Rural Participativa (ARP)

O QUÊ

A Avaliação Rural Participativa (ARP) não é uma ferramenta singular, mas sim uma abordagem ou metodologia que cobre um grupo geral de ferramentas e actividades. Estas são desenhadas para avaliar uma situação particular da água através da identificação e incorporação de os conhecimentos e opiniões dos utilizadores de água, especialmente aqueles do nível de base.

As ferramentas ARP podem em geral ser divididas em três grupos:

- Ferramentas de amostragem, tais como passeios de observação, ranking da saúde, "pocket voting".
- Ferramentas de entrevista, tais como discussões focais em grupo, entrevistas semi-estruturadas, triangulação.
- Ferramentas de visualização, tais como diagramas de Venn, mapeamento social, classificação de matrizes, linhas de tempo, diários.

A maior parte das ferramentas tem uma componente de avaliação e análise conjunta desta questão em jogo e inclui o envolvimento de actores no próprio exercício.

PORQUÊ e QUANDO

As ferramentas ARP são usadas principalmente para recolher informação para assistir a avaliação, análise e planificação durante um processo de GIRH. Algumas ferramentas são também aplicadas para monitorização e avaliação. As ferramentas ARP diferem dos métodos convencionais em duas formas:

- Providenciam informação que muitas vezes não é fácil de recolher através de métodos convencionais, particularmente sobre os conhecimentos e preferências locais dos utilizadores de água e outros actores.
- Ajudam a empoderar os participantes para melhor entenderem a sua situação e tomar decisões mais informadas no processo de GIRH.

COMO

O uso de ferramentas ARP varia em função da ferramenta em questão, embora, conforme o nome sugere, todas elas tenha uma abordagem participativa em comum. Existe um grande número de manuais e directrizes tanto ao nível sectorial como organizacional para assistir na selecção e uso de ferramentas apropriadas para fins específicos.

QUEM

As ferramentas ARP baseiam-se sempre no envolvimento de actores. Muitas foram particularmente desenvolvidas para trabalhar com actores de base. Muitas vezes, as ferramentas são usadas com sub-grupos, por exemplo, homens e mulheres.

Para os Governos Locais, as ferramentas ARP providenciam uma grande fonte de formas e meios de realizar um processo de planificação de GIRH em colaboração com a comunidade local.

5.10 Ferramentas A10: Quadro Lógico

O QUÊ

O quadro lógico, ou – abreviadamente – "logframe"(na Língua Inglesa, no original), é uma matriz desenhada para explicar a relação meios-fins de um projecto ou programa. Geralmente a matriz consiste de quatro colunas conforme se mostra abaixo.

1	2	3	4
Resumo Narrativo	**Indicadores de realização**	**Meios de verificação**	**Pressupostos e riscos**
Objectivo			
Propósito			
Resultados			
Actividades			

A primeira coluna lista o objectivo, propósito, resultados e actividades de um projecto. As três colunas restantes estão relacionadas com a realização disso através da listagem de indicadores, meios de verificação e pressupostos e riscos.

As diferentes células da matriz estão relacionadas uma com outra através de passos lógicos. Lendo de baixo para cima, as actividades do projecto listadas, assumindo que os pressupostos são verdadeiros, irá resultar em resultados especificados, e então os resultados irão resultar no propósito e assim em diante. Os indicadores e meios de verificação deles estão ligados horizontalmente na matriz às quatro componentes do projecto. Isto constitui a lógica horizontal.

Quando preenchido, o quadro lógico providencia um resumo preciso das componentes chave do projecto e mostra as ligações lógicas entre os meios e os fins.

PORQUÊ e QUANDO

O quadro lógico é aplicado quando se planifica, implementa e se avalia projectos e programas específicos, por exemplo, num plano de acção de GIRH. É valioso para realizar verificações lógicas durante o desenho do projecto, assim como para monitorar o progresso, e actividades de revisão e resultados durante a implementação do projecto. O quadro lógico confirma que há uma relação constante entre o objectivo do projecto os meios com os quais realizar isso ao longo vida do projecto.

COMO

Depois do estabelecimento do objectivo do projecto, as células da matriz do quadro lógico são preenchidas usando uma determinada sequência de passos. Depois de preenchidas, realizam-se verificações verticais e horizontais aos "inputs". O quadro lógico continua a ser usado e modificado durante a implementação do projecto através da revisão das realizações e alterando os "inputs" conforme apropriado.

QUEM

As equipas de gestão do projecto devem ser encarregues de criar e usar o quadro lógico. Aqueles com interesse no resultado do projecto devem também ou participar ou ser representados na fase de desenho e revisão do quadro lógico preenchido, visto que é provável que o seu envolvimento melhore o produto final. Porém, não precisam necessariamente de estar plenamente incluídos no uso detalhado do quadro.

5.11 Ferramenta A11: Modelo da estrutura do plano de acção

O QUÊ

O plano de acção de GIRH é o documento que incorpora os resultados de todos os passos da planificação, muitos dos quais numa versão resumida. A parte principal do documento irá dar enfoque sobre os projectos e programas seleccionados para trabalhar em direcção a visão acordada em conjunto.

O modelo da estrutura de tal plano é um índice proposto que pode ser adaptado a um conceito específico e tamanho esperado do documento em diferentes situações locais.

PORQUÊ e QUANDO

O plano de acção pode ser compilado depois de a estratégia geral de GIRH estar a funcionar e vários projectos e programas terem sido seleccionados para alcançar os objectivos estratégicos e trabalhar em direcção à visão acordada. A estrutura do modelo é útil para desenvolver um conceito geral do formato e conteúdo do documento.

COMO

O modelo pode ser usado como um esboço da estrutura que precisa de ser adaptada à estrutura específica de um plano numa dada situação.

QUEM

A compilação real do plano de GIRH para a qual a modelo pode ser usado é principalmente um grande trabalho editorial que deveria ser atribuído a uma pequena equipa da unidade do Governo Local que coordena o processo. Todos os documentos e “inputs” que vão para ela deveriam ter sido previamente desenvolvidos pela comissão directiva ou por um grupo de actores maior.

5.12 Ferramenta A12: Modelo de nota conceptual de proposta

O QUÊ

Uma nota conceptual é uma pequena ficha de uma proposta delineando as suas componentes de uma forma resumida.

Os cabeçalhos sugeridos neste modelo são: título do projecto; antecedentes; objectivos; resultados; actividades e duração; beneficiários e impactos; gestão do projecto (incluindo monitorização e avaliação); e orçamento.

PORQUÊ e QUANDO

Grandes projectos – tal como a construção de infra-estruturas – muitas vezes podem não ser financiados somente através de recursos financeiros do orçamento de um Governo Local. Em tais casos, será necessário financiamento adicional de fontes externas.

No decurso das actividades de angariação de fundos, é importante ter uma versão mais pequena de uma proposta para submissão a potenciais financiadores. Geralmente, não se espera que estes despendam imediatamente muito tempo em informação detalhada. Uma nota conceptual pode ser útil para chamar a sua atenção inicial para a actividade planificada e estimular interesse. Depois de se ganhar o interesse do financiador, pode seguir mais informação detalhada, isto é, a proposta completa.

O modelo providencia ajuda para esboçar a nota conceptual – e finalmente a proposta completa – de uma forma sistemática. Também pode facilitar a partilha de tarefas entre os diferentes membros da equipa que trabalham na proposta.

COMO

O modelo da nota conceptual necessita de ser adaptado para corresponder à natureza específica de uma proposta e possivelmente aos requisitos específicos de um financiador já identificados. Então, a nota conceptual real é esboçada depois de alguma orientação dada para cada secção.

Em muitos casos, tanto a nota conceptual como a grande proposta, passarão por várias séries de esboços, com várias pessoas relevantes a providenciarem “inputs” e comentários.

QUE

Qualquer proposta precisa do envolvimento de diferentes membros de equipa, tais como técnicos, financeiros e administrativos. O “input” dos actores ou outros especialistas de diferentes especialidades ajuda a incluir a perícia necessária, e também uma grande variedade ideias sobre como resolver uma questão particular e atingir os objectivos previamente acordados.

Para gerir o desenvolvimento de uma proposta de uma forma eficiente, é aconselhável atribuir o papel principal a uma pessoa específica. Esta pessoa é então responsável pela coordenação do desenvolvimento geral da proposta, comunicação com potenciais financiadores e pela garantia de que todas as diferentes peças de “input” são juntas num texto consistente e coerente.

5.13 Ferramenta A13: Ficha de Trabalho para a Monitorização e Avaliação Participativa (MAP)

O QUÊ

A abordagem de Monitorização e Avaliação Participativa (MAP) é usada para monitorar e avaliar os resultados de um projecto através de um processo participativo desenvolvido com o envolvimento de actores.

A folha de trabalho é uma ferramenta para este processo. Ajuda a compilar informação que recebe contribuições de actores e detalha os processos de recolha de dados, assim com a análise e uso de dados. Baseia-se nos objectivos e indicadores do projecto previamente desenvolvidos no processo de planificação.

PORQUÊ E QUANDO

Uma abordagem participativa para a monitorização e avaliação aumenta a possibilidade de que as actividades direccionadas para aumentar a integração na gestão de recursos hídricos locais, com efeito, causa os efeitos desejados para todos os interessados. Em contraste, uma abordagem convencional não-participativa facilmente limita-se a avaliar os benefícios ou resultados negativos que somente preocupam grupos específicos.

Embora a monitorização e avaliação somente se tornam relevantes depois de o projectos esta de pé e a funcionar (por exemplo, em intervalos regulares quando os resultados se tornam disponíveis), todavia, devem ser consideradas antes da implementação do projecto, que já está na fase de planificação.

COMO

Dependendo do número, tamanho e complexidade das actividades planificadas numa dada situação, a folha de trabalho MAP é preenchida no decurso de um ou vários workshops com os actores.

QUEM

Os principais actores da MAP são os actores chave previamente identificados e que estão envolvidos desde o início do processo de GIRH. Porém, será necessário envolver certos peritos adicionais.

A coordenação da compilação de todos os dados e informações requer uma pessoa, equipa ou unidade para assumir a responsabilidade de liderança do processo. Este “nó de coordenação” precisa de assegurar que todos os actores podem – e conseguem – providenciar as suas contribuições para o exercício de monitorização e avaliação. A responsabilidade pela coordenação também requer a manutenção de uma supervisão sobre a armazenagem completa e transparente desta informação, assim como tornar o resultado do processo MAP disponível para aqueles responsáveis por tarefas de acompanhamento.

6. Referências

Australian Agency for International Development (2002) *AusGUIDElines, 1. The Logical Framework Approach*, Australian Agency for International Development, Canberra, Australia. Available at: http://ftp.who.int/nmh/Vision2020/eng/documents/LFA%20guidelines.pdf

Biswas, Asit K. (2004) *Integrated Water Resources Management: A Reassessment. A Water Forum Contribution.* International Water Resources Association, Johannesburg, South Africa, Water International, Volume 29, Number 2, Pages 248-256, June 2004.
Available at: http://www.adb.org/Documents/Books/AWDO/2007/dp05.pdf

Cap-Net (2005) *Integrated Water Resources Management Plans: Training Manual and Operational Guide.* Cap-Net, Global Water Partnership and United Nations Development Programme.
Available at: http://www.cap-net.org/captrainingmaterialsearchdetail.php?TM_ID=67

Department for International Development (2002) *Tools for Development: A handbook for those engaged in development activity.* Performance and Effectiveness Department, Department for International Development (DFID), London, UK.
Available at: http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/toolsfordevelopment.pdf

Du Toit, D. (2005) *Preparing people for the implementation of a new legal framework for water management in South Africa, "reflexive learning in context".* Association for Water and Rural Development (AWARD), Acornhoek, South Africa.

Department of Water Affairs and Forestry and Water Research Commission (2007) *Integrated Water Resource Management Plan Guidelines for Local Authorities.* The, Department of Water Affairs and Forestry (DWAF), Pretoria, South Africa and Water Research Commission (WRC), Pretoria, South Africa. Prepared by J. Burke of SRK Consulting, South Africa. Available at:
http://www.wrc.org.za/downloads/report%20lists/web%20rpts/integrated/TT304-07.pdf

European Commission (1999) *Towards sustainable water resources management – a strategic approach.* European Communities. Available at:
http://waterwiki.net/index.php?title=Towards_sustainable_water_resources_management_-_a_strategic_approach&redirect=no

Global Water Partnership (2004) *Catalyzing Change: A handbook for developing integrated water resources management (IWRM) and water efficiency strategies.* Global Water Partnership Technical Committee (TEC), Stockholm, Sweden and Norway's Ministry of Foreign Affairs, Oslo, Norway.
Available at: http://www.gwpforum.org/gwp/library/Catalyzing_change-final.pdf

Global Water Partnership (2000) *Integrated Water Resources Management.* TAC Background Papers No. 10, Global Water Partnership Technical Advisory Committee (TAC), Stockholm, Sweden. Available at: http://www.gwpforum.org/gwp/library/Tacno4.pdf

Haigh, E.H. and Fox H.E. (2008) *Framework for local government to implement integrated water resources management linked to water services delivery* (Draft Document). Institute for Water Research, Rhodes University, South Africa.

ICLEI – Local Governments for Sustainability (2008) *Providing Sustainable Water Services while Protecting Freshwater Resources: A Guide for Local Authorities* (Draft Document). ICLEI Local Governments for Sustainability, Africa Secretariat, Cape Town, South Africa.

Jønch-Clausen, T. (2004) *"... Integrated Water Resources Management (IWRM) and Water Efficiency Plans by 2005" Why, What and How?* TEC Background Papers No. 10, Global Water Partnership Technical Committee (TEC), Stockholm, Sweden.
Available at: http://www.gwpforum.org/gwp/library/TEC10.pdf

McKenzie, R.S., Buckle, H., Wegelin, W.A. and Meyer, N. (2003) *Water Demand Management Cookbook.* Rand Water, Johannesburg, South Africa and Water Resources Planning and Conservation, Pretoria, South Africa. Available to download from: http://www.randwater.co.za

Markowitz, P. (2000) *Guide to Implementing Local Environmental Action Programs in Central and Eastern Europe.* The Regional Environmental Centre for Central and Eastern Europe, Szentendre, Hungary and The Institute for Sustainable Communities, Montpelier, VT, USA.

Mazibuko, G. and Pegram, G. (2006) *Guide for Catchment Management Agency Cooperation with Local Government.* Report to the Water Research Commission, Pegasys Strategic Management, Pretoria, South Africa

Moriarty, P., Batchelor, C., Abd-Alhadi, F. T., Laban, P. and Fahmy, H. (2007) *The EMPOWERS Approach to Water Governance: Guidelines, Methods and Tools.* EMPOWERS Partnership.
Available at:
http://www.empowers.info/content/download/3555/23235/file/Guidelines%20-%20Complete_Document.pdf

Rogers, P, Bhatia, R. and Huber, A. (1998) *Water as a Social and Economic Good: How to Put the Principle into Practice.* TAC Background Papers No. 2, Global Water Partnership Technical Committee (TAC), Stockholm, Sweden.
Available at: http://www.gwpforum.org/gwp/library/TAC2.PDF

Swedish International Development Cooperation Agency (2003) *The Logical Framework Approach: A summary of the theory behind the LFA Method,* The Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA), Stockholm, Sweden.
Available at: http://www.sida.se/sida/jsp/sida.jsp?d=118&a=2379&language=en_US

Smits, S. and Butterworth, J. (2006) *Literature review: Local Government and Integrated Water Resources Management.* IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, the Netherlands, LoGo Water project. Available at:
http://www.iclei-europe.org/fileadmin/user_upload/logowater/resources/LoGoWater_WP2_literature_review_on_role_of_LG__IWRM.pdf

Smits, S. (2005) *Looking up the pipe and down the drain! Positioning sanitation within Integrated Water Resources Management.* IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, Netherlands and WELL Resource Centre Network for Water Sanitation and Environmental Health, Loughborough University, UK. Available at:
http://www.lboro.ac.uk/well/resources/Publications/Briefing%20Notes/BN19%20Stef%20Smits.pdf

Southern African Development Community (2002) *Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources Management in Southern Africa.* A SADC Technical Report to inform and guide water resources policy and investments, Southern African Development Community (SADC), IUCN The World Conservation Union, Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), The World Bank, The Swedish International Development Agency (SIDA).

Swedish Water House (2005) *Investing in the Future: Water's Role in Achieving the Millenium Development Goals.* Swedish water House, Stockholm, Sweden. Available at: http://www.swedishwaterhouse.se/swh/resources/SWH_policy_brief_No_1_b.pdf

Swiss Agency for Development and Cooperation (2005) *Water 2015: Policy Principles and Strategic Guidelines for Integrated Water Resource Management – IWRM.* Swiss Agency for Development and Cooperation, Bern, Switzerland.
Available at: http://www.deza.ch/ressources/resource_en_24897.pdf

United Nations Human Settlements Programme (2005) *A Guidebook for Local Catchment Management in Cities.* United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), Nairobi, Kenya.

World Health Organization Regional Office for Europe (2002) *The Protocol on Water and Health: What it is and why it matters.* World Health Organization (WHO) Regional Office for Europe, Copenhagen, Denmark and UN Economic Commission for Europe, Geneva, Switzerland.

A produção dos materiais “O Governo Local e a GIRH” foi possível através de contribuições de todos os parceiros do LoGo Water e oito Governos Locais associados ao projecto.

Membros da equipa do projecto das organizações parceiras

Rapule Pule, Suzan Takalani-Ramalivhana, Dr Britta Freitag
ICLEI Africa Secretariat - www.iclei.org/africa

Barbara Anton, Ralph Philip, Francesca Schraffl, João Rabaça, Monika Zimmermann, Paul Fenton
ICLEI ITC e European Secretariat - www.iclei.org/itc, www.iclei-europe.org

Dr Caroline A. Sullivan, Muriel Bonjean, Dr John Bromley (from 2007)
Oxford University Centre for the Environment (OUCE) - www.ouce.ox.ac.uk

Dr Caroline A. Sullivan, Muriel Bonjean, Dr John Bromley, Dermot O’Regan, Dr Jeremy Meigh (before 2007)
Centre for Ecology and Hydrology (CEH Wallingford) - www.ceh.ac.uk

Mikel Berraondo López, Prof Dr Pedro Arrojo Agudo, Majed Barakat Atwi
Foundation for a New Water Culture (FNCA) - www.unizar.es

Dave Cox, Chris Dickens, Myles Mander, Kate van Niekerk, Vanashrie Govender
Institute of Natural Resources (INR) - www.inr.unp.ac.za

Stef Smits, Dr John Butterworth, Alana Potter, Ton Schouten
IRC International Water and Sanitation Centre - www.irc.nl

Ebenizario Chonguiça
International Union for Conservation of Nature (IUCN), Mozambique Office - www.iucn.org/places/mozambique/

Dr Lawrence Nyagwambo, Ngoni Reginald Mudege
Institute for Water and Sanitation Development (IWSD) - www.iwsd.co.zw

Felix Monggae, Bonatla Thsolofelo, Sakhile Koketso
Kalahari Conservation Society (KCS) - www.kcs.org.bw

Representantes dos Governos Locais Associados que participam no LoGo Water

Ernest Keabaitse, Planificador de Cidades Sénior, Conselho da Cidade de Selebi-Phikwe, Botswana

Gomolemo B. Kenosi, Oficial Distrital, Terras, Departamento de Teras, Sub-Distrito de Serowe-Palapye, Botswana

Júlio Mambuli, Conselho Municipal de Chokwe, Moçambique

Albert Mbedzi, Director Executivo, Conselho Rural do Distrito de Beitbridge, Zimbabwe

Masindi Mapholi, Director, Serviços Técnicos, Município Local de Makhado, África do Sul

Francisco Vasco Nhanchengo, Vereador, Conselho Municipal de Xai-Xai, Moçambique

Peter Sibanda, Director, Serviços de Engenharia, Conselho Municipal de Bulawayo, Zimbabwe

Jan van den Berg, Chefe: Informação Ambiental, Divisão de Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Ambientais, Cidade de Tshwane, África do Sul

Emídieo Xavier, Conselheiro para a Cooperação e Relações Públicas, Conselho Municipal, Xai-Xai, Moçambique

A Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) é um tema de grande actualidade. Está em todo o lado – na imprensa, na Internet e nas conferências – e é uma palavra na moda entre os governos, instituições e ONG's que actuam no sector da água.Será que é uma tendência do momento que brevemente será esquecida ou está aqui para ficar? Enquanto funcionário de um Governo Local merece a GIRH ser mais explorada?

O conjunto de materiais "O Governo Local e a GIRH" foi produzido por especialistas Africanos e Europeus do sector da água, com a colaboração de Governos Locais Africanos. Esta equipa acredita que, a longo prazo, a GIRH é a nelhor forma de assegura um gestão sustentavel dos recursos.A GIRH só pode funcionar com o envolvimento do Governo Local, e os próprios Governos Locais benefeciam desta abordagem para optimizar o desempenho das responsabilidades para com a comunidade local.

O conjunto de materiais "O Governo Local e a GIRH" é constituido por quatro partes:

Parte I: **Colhendo os Benefícios – Como os Governos Locais Beneficiam com a GIRH**

Parte II: **Perceber o Contexto – O Papel do Governo Local na GIRH**

Parte III: **Engajando-se na GIRH – Passos e Ferramentas Práticas para os Governos Locais**

Parte IV: **Fazer da Água um benefício em prol dos Governos Locais – As Dez Principais Dicas para uma abordagem Integrada da Gestão da Água**

Esta publicação, a Parte III da série, oferece uma orientação prática para se embarcar num processo de GIRH ao nível local. As oportunidades nos mandatos do Governo Local são realçadas e os passos para estabelecer um plano de acção de GIRH local são descritos.

Faça do seu Governo Local um pioneiro na sustentabilidade da água – adopte a GIRH!

www.iclei-europe.org/logowater